

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO-  
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

SAMARA SILVA BARROS

**PROTAGONISMO FEMININO: Uma análise a partir do grupo de mulheres no CRAS-  
Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE.**

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2018

SAMARA SILVA BARROS

**PROTAGONISMO FEMININO: Uma análise a partir do grupo de mulheres no CRAS-Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE.**

Trabalho monográfico apresentado a coordenação do curso de graduação em Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio- UNILEÃO como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. **Orientador (a):** Ms. Sheyla Alves Dias

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2018

SAMARA SILVA BARROS

**PROTAGONISMO FEMININO: Uma análise a partir do grupo de mulheres no  
CRAS- Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE.**

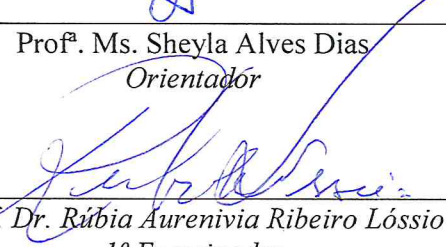
Trabalho monográfico apresentado a coordenação do curso de graduação em Serviço Social do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio- UNILEÃO como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. **Orientador (a):** Ms. Sheyla Alves Dias

Data de aprovação \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

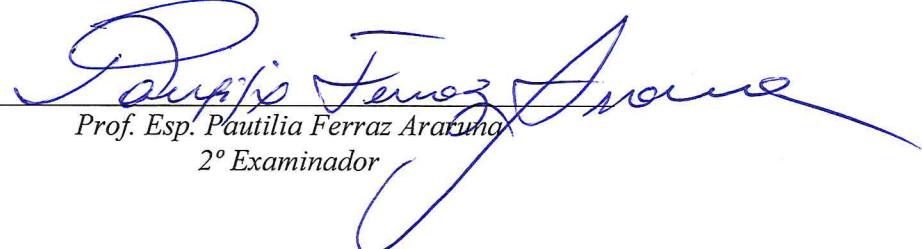
BANCA EXAMINADORA:



\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Sheyla Alves Dias  
*Orientador*



\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rúbia Aurenivia Ribeiro Lóssio  
*1º Examinador*



\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Paulíia Ferraz Araruna  
*2º Examinador*

JUAZEIRO DO NORTE – CE  
2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me fortaleceu em todos os momentos de dificuldade, aos meus queridos pais, sou eternamente grata por todo incentivo dedicado a mim durante o processo de graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por me conceder perseverança e forças para enfrentar todas as dificuldades durante o curso, me mostrando ainda que em meio aos desafios da vida, somos sempre capazes de superá-los, e que tudo é no seu tempo e sem ele nada seria possível. “Tudo é possível ao que crê”. (Marcos 9: 23).

Aos meus pais, Francisca Barros e Cícero Alves, por todo apoio, compreensão, e abdicção dedicados a mim para a concretização desse sonho, são sem dúvidas os meus maiores incentivadores.

As minhas irmãs por todo carinho, incentivo e companheirismo nos momentos decisivos dessa jornada.

Agradeço a minha orientadora Sheyla Alves Dias, por toda a sua disponibilidade durante todas as orientações, e por compartilhar seus conhecimentos comigo, pela paciência e confiança nos momentos de dúvidas na realização desse trabalho.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”

**Bertolt Brecht**

## RESUMO

Este trabalho monográfico aborda sobre o tema “Empoderamento Feminino” compreendendo que este tornou-se relevante durante os Estágios Supervisionados I e II realizado no CRAS Frei Damião, e por este motivo a pesquisa possui como título “Protagonismo Feminino: Uma análise a partir do grupo de mulheres no CRAS- Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE”. O estudo consolidou-se através de seus objetivos, onde seu objetivo geral constitui-se em analisar o papel do CRAS na construção do empoderamento feminino e de seus objetivos específicos pautam-se em compreender sobre a luta da mulher na busca pela consolidação de seus direitos; identificar a participação da mulher na sociedade a partir do seu empoderamento e apresentar a contribuição do trabalho do Assistente Social na conquista do empoderamento feminino. Neste sentido, a pesquisa foi possível através de uma metodologia realizada através de um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada aplicada a uma população composta por onze mulheres que participam assiduamente do grupo de mulheres do PAIF no CRAS Frei Damião. Através da coletas dos dados foi possível realizar uma análise apresentando assim o perfil socioeconômico dessas mulheres, bem como, a compreensão das mesmas sobre empoderamento feminino e o significado do mesmo em sua vida após a sua inserção no PAIF.

**Palavras-Chave:** Empoderamento. Feminino. PAIF. CRAS.

## **ABSTRACT**

This monographic work deals with the theme "Female Empowerment", understanding that it became relevant during Supervised Internships I and II held at CRAS Frei Damião, and for this reason the research has the title "Female Empowerment: An Analysis from the Group of women in CRAS- Frei Damião in Juazeiro do Norte- CE ". The study was consolidated through its objectives, where its general objective is to analyze the role of CRAS in the construction of women's empowerment and its specific objectives are to understand the struggle of women in the search for the consolidation of their rights ; identify the participation of women in society from their empowerment and present the contribution of the work of the Social Worker in the achievement of female empowerment. In this sense, the research was possible through a methodology performed through a bibliographic study of a qualitative nature, having as a data collection instrument the semi-structured interview applied to a population composed by eleven women who assiduously participate in the PAIF women's group in CRAS Frei Damião. Through the collection of data, it was possible to perform an analysis presenting the socioeconomic profile of these women, as well as their understanding of female empowerment and the meaning of the same in life after its insertion into the PAIF.

**Keywords:** Empowerment. Female. PAIF. CRAS.



## **LISTA DE SIGLAS**

**Art** - Artigo

**BPC** - Benefício de Prestação Continuada

**CF 88** - Constituição Federal de 1988

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**CENTRO POP** - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

**DF** - Distrito Federal

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Trabalho

**PAIF** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

**PBF** - Programa Bolsa Família

**SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SPM** - Secretaria de Políticas para Mulheres

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

-

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I - EMPODERAMENTO FEMININO: UMA BUSCA CONSTANTE PELA IGUALDADE DE DIREITOS</b> .....	13
1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS NO BRASIL. ....	13
1.2 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES. ....	17
<b>CAPÍTULO II - ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES</b> .....	24
2.1 O CRAS FRENTE À CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO. ....	24
2.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO GRUPO DE MULHERES NO CRAS FREI DAMIÃO. ....	30
2.3 O EMPODERAMENTO FEMININO.....	36
<b>CAPÍTULO III – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF NA CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO</b> .....	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO.....	38
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	39
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICE (S)</b> .....	63

## INTRODUÇÃO

O referido trabalho monográfico traz consigo a exposição da luta feminina pelo seu empoderamento, e por esse motivo tem como título “Protagonismo Feminino: uma análise a partir do grupo de mulheres no CRAS- Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE. O interesse em pesquisar acerca da referida temática deu-se durante a realização do Estágio Supervisionado I e II, realizado na instituição supracitada, além de enxergar recentemente a ampliação das discussões e debates sobre o fenômeno do empoderamento feminino diante de um cenário social complexo que se vive hoje.

Apesar das discussões atuais, o anseio das mulheres pelo seu empoderamento, não se constitui como um conceito contemporâneo, mas, que vem alcançando conquistas significativas mediante seu contexto de lutas, reivindicações e requisições que ganharam efervescência no final do século XX.

Desde os primórdios, homens e mulheres tiveram papéis sociais construídos, que diferenciavam completamente seus significados perante a sociedade em razão do seu gênero ou sexo biológico. Contudo, estabelecendo entre eles uma hierarquia, que ao homem era associado poder e domínio e à mulher era associada à submissão e obediência.

Tais determinações sociais deram espaço ao empoderamento feminino, que infelizmente ainda não faz parte do cotidiano de todas as mulheres, mas que vem ganhando novos espaços gradativamente, mediante a luta das mesmas pela igualdade de direitos que por tanto tempo não existiu. É nesse momento, que o Estado entra em defesa da mulher como executor de políticas públicas que garantam a mulher igualdade entre os gêneros, como forma de respeito e valorização da mulher estabelecendo sua condição emancipatória.

Por isso, priorizando o alcance dos objetivos da pesquisa que pautam-se no objetivo geral que busca analisar o papel do CRAS na construção do empoderamento feminino; e nos objetivos específicos constituídos através de compreender sobre a luta da mulher na busca pela consolidação de seus direitos; identificar a participação da mulher na sociedade a partir do seu empoderamento e apresentar a contribuição do trabalho do Assistente Social na conquista do empoderamento feminino, o trabalho divide-se em três capítulos sistematizados.

O primeiro capítulo foi construído com base na luta constante pelos direitos femininos, abordando todo o processo histórico e significado social da mulher em uma sociedade patriarcal, até a intervenção estatal no desenvolvimento de Políticas Públicas como mecanismos de igualdade de gênero e proteção à mulher.

O segundo capítulo enfatiza a Política de Assistência Social enquanto política de defesa dos direitos das mulheres e suas propostas de construção do empoderamento feminino através dos serviços desenvolvidos no CRAS, e apresentando ainda o Assistente Social enquanto profissional atuante no processo de emancipação da mulher enquanto sujeito de direito, através da experiência vivenciada no CRAS Frei Damião em Juazeiro do Norte-CE, além de expor um breve contexto de empoderamento feminino.

Já o terceiro capítulo constitui-se no enaltecimento do PAIF na construção do empoderamento feminino, deste modo, o capítulo aborda a caracterização do CRAS Frei Damião sendo este o campo de realização do Estágio Supervisionado I e II, este descreve ainda a metodologia utilizada para o alcance dos resultados da pesquisa, sendo que esta é composta por estudo bibliográfico, de natureza qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada. Por fim, o capítulo três se consolida através da análise dos dados da pesquisa, obtidos mediante entrevista respondida pelas mulheres que participam do grupo do CRAS no âmbito do PAIF, é importante destacar que a entrevista buscava conhecer o perfil socioeconômico dessas mulheres e de suas famílias, além de seus conceitos e opiniões sobre empoderamento feminino após sua inserção no grupo supracitado.

Desta forma, afirma-se que o referido trabalho monográfico constitui-se de uma pesquisa ampla acerca de um tema atual e de fundamental relevância para o Serviço Social enquanto profissão, que atua em defesa das minorias e da consolidação intransigente dos direitos dos sujeitos em busca da afirmação de sua cidadania.

## **CAPÍTULO I - EMPODERAMENTO FEMININO: UMA BUSCA CONSTANTE PELA IGUALDADE DE DIREITOS.**

### **1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS NO BRASIL.**

Ao longo dos anos as mulheres possuíam uma posição de inferioridade em comparação aos homens, viviam subordinadas aos seus maridos, tendo como principal função a procriação, as mesmas deveriam se dedicar por completo as tarefas do lar, e educação de seus filhos. Porém, eram vistas pela sociedade como seres frágeis, e incapazes de assumir a responsabilidade total da sua família, já o homem por possuir autoridade e força física, o seu domínio sobre a mulher se tornava indiscutível.

Para Del Priori (1994) o retrato da mulher mãe era visto pelo o da jovem matrona branca, completamente desgastada em razão de suas diversas gestações e partos que deveriam ocorrer desde os quatorze anos de idade, onde a mesma deveria ainda vivenciar uma vida ociosa.

Desta maneira, percebe-se que as desigualdades relacionadas a homens x mulheres na antiguidade, se tornavam mais presentes, principalmente quando se falava em educação, aos homens eram atribuídos papéis de donos do saber e as mulheres o papel de subordinação ao poder masculino, esses papéis estabelecidos eram bem definidos.

Conforme ROUSSEAU, Configurando-se a elas um papel de:

Receber uma educação relativa aos homens. Serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1995, p. 433).

Portanto, na sua visão a mulher tinha que receber educação correspondente com a sua posição que era a de ser filha, esposa e mãe, para poder educar os seus filhos, elas deveriam ser educadas, porém não podiam ultrapassar a capacidade dos maridos, mostrando que sabiam mais que eles. Tinham que serem submissas até mesmo no conhecimento, podendo jamais demonstrar nenhum tipo de superioridade em relação ao companheiro. Se fosse perceptível que a mulher estava abandonando as suas raízes naturais, e se assemelhando ao homem na inteligência, para o filósofo isso seria lutar contra a própria natureza feminina.

Era reforçada no século XVII a imagem da mulher como um ser que não possuía vontade própria e autonomia, era como se não tivessem espaço no mundo do pensar, não podiam participar dos movimentos sociais e políticos da sociedade, não tinham direito ao voto, tudo isso era designado pela própria lei da natureza, que caracterizava a mulher biologicamente como sexo frágil, ou seja, a mulher era condenada ao lar e aos deveres domésticos, devido a suposta natureza que a havia determinado dessa forma: “o domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza” (Ibidem; p. 428).

A partir do século XVIII, eram perceptíveis os sinais de transição dos papéis que as mulheres possuíam na sociedade, devido ao surgimento da industrialização necessitava-se de mão-de-obra para os diferentes campos de trabalho onde as mulheres passaram a ocupar, onde foram inseridas nos chãos de fábricas, algumas puderam se qualificar, ter acesso à educação, deixando a tradicional posição de domésticas e donas do lar.

Para Saffioti (1987) acredita-se que o homem tenha estabelecido sua história de domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São diversos os planos de existência cotidiana em que se observa esta dominação. Por esta razão, os homens por muito tempo tiveram além do poder sobre as mulheres, o poder político, o que significa dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetaram a vida de um povo.

As diversas situações de dominação na sociedade em que os homens estiveram à frente são inúmeras, no entanto, elas não se romperam completamente após os avanços significativos da mulher em relação às suas conquistas. Pelo contrário, a dominação masculina colocada pela autora, é algo existente ainda na atualidade.

Sardenberg e Costa (1994) destacam que pelo fato de terem conseguido um significado avanço de adentrarem no mundo do trabalho, não foi considerada uma mudança definitiva na vida social dessas mulheres, pois continuaram a sofrer com submissões pelos patrões, que buscavam alcançar exageradamente o crescimento do capitalismo, escravizando a classe feminina, onde eram estabelecidos salários inferiores aos dos homens e jornada de trabalho intensa e insalubre.

Dessa maneira, com o passar dos anos, a transição da mulher de casa para a fábrica, favoreceu a ideologia preconceituosa, que infelizmente ainda as colocavam em níveis diferentes dos homens, onde várias restrições eram impostas as mesmas no local de trabalho, como direitos civis, políticos e educacionais, o que mudava a forma de empregabilidade a respeito dos homens. (BARROS, 2008).

Tais mulheres em situação de vulnerabilidade viviam um estado de insegurança social, pois não dependiam somente das mesmas as ferramentas precisas para a entrada e permanência no mundo do trabalho. O que essas mulheres almejavam eram possibilidades de efetivação dos seus direitos escamoteados pelo Estado.

Fato ocorrente na sociedade é que as atividades que elas desenvolviam não eram vistas de maneira horizontal com as que os homens desenvolviam, ou seja, a produção do espaço pela sociedade configura-se a partir da diferença biológica, entre os gêneros.

Essas condições prosseguiram até o século XX, quando mulheres corajosas e com desejo de mudança, passaram a se organizarem e lutarem através de movimentos sociais, por melhores condições no mercado de trabalho, contra a discriminação, violência, direitos trabalhistas e proteção previdenciária, e principalmente pela busca de equivalência entre os gêneros. Esses movimentos foram se intensificando e criando forças onde alcançaram vários resultados, a exemplo disso foi a participação ao voto, novas propostas de igualdade de direitos, mudando a percepção de opressão a classe feminina.

A partir do século XXI, ampliou-se as reflexões em relação a emancipação feminina, que buscava a igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos em relação a homens e mulheres, além de terem enfatizado as condições de diversidades de gêneros, onde as mulheres passaram a ser vistas como seres humanos pensantes, atuantes e independentes. O histórico de lutas remeteu-se a um único objetivo, que era a busca pela equidade, as mulheres apenas desejavam o fim da opressão, queriam ser tratadas com igualdade, por serem indivíduos que possuem direitos, e que devem ter acesso aos mesmos.

Do exposto pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusivamente social. E não é senão pela igualdade social que se luta: entre homens e mulheres, entre brancos e não-brancos, entre católicos e não-católicos, entre conservadores e progressistas. (SAFFIOTI, 1987, p.15)

Considera-se que as diferenças entre o gênero masculino e feminino, destacando a inferioridade feminina são aspectos construídos e estabelecidos pela própria sociedade, e até mesmo disseminadas por muitas mulheres de forma preconceituosa e mesmo diante de um processo de lutas e reivindicações por igualdades e melhorias, existem inúmeras contradições no mundo, onde muitas dessas são intensificadas quando a mulher é negra, pobre, não-católica ou possui qualquer outra característica que fuja do padrão solicitado pela sociedade.

Nos tempos atuais, percebe-se que essa luta pela igualdade é constante, a cada dia são formadas novas visões, valores e conhecimentos, devido ao avanço da tecnologia, e tantas

mudanças feitas pelo o homem, onde o reconhecimento feminino ainda não é igualitário, desde o passado até os dias de hoje, pois sabemos que a dominação masculina ainda se encontra resistente para se ter realmente essa igualdade de condições entre homens e mulheres, seja ela no mercado de trabalho, na sociedade ou no espaço familiar.

Emancipação exige uma garantia de intervenção do Estado, associado ao fortalecimento das mulheres. Exige a criação de uma política que assegure direitos básicos da vida cotidiana em todos os espaços públicos assim como privados.

Quando o gênero feminino é empoderado, falsas diferenças enraizadas na sociedade são superadas, que por muito tempo não foram questionadas como deveria ser, os benefícios são claros, pois é um avanço para toda sociedade cada cargo, prêmio ou direito adquirido.

Portanto a busca pelo empoderamento feminino ainda é um desafio a ser superado constantemente pelas mulheres, antes que possamos afirmar que a igualdade entre homens e mulheres de fato existe. Deve ser perpassado em todos os espaços, seja eles nas escolas, na Igreja, ou na família. Torcemos por um tempo em que a mulher não seja condenada simplesmente por sua condição biológica, mas que seja de fato reconhecida por suas capacidades intelectuais.

Ao considerarmos as políticas públicas como uma mola propulsora para a inclusão e visibilidade feminina, tais políticas podem transformar o cotidiano das mulheres, alargando seus caminhos, além de inseri-las na sociedade como um ser ativo. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração, implantação e nos seus resultados formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder e de recursos.

Então, ao se propor políticas públicas de gênero é preciso estabelecer o sentido real das mudanças que pretendem ser contempladas, a respeito de dar plenitude a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Nesse contexto de desigualdades de gêneros que vivenciamos, o Estado deve estar à disposição para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, gerações e classes.

Ao falarmos sobre a questão de empoderamento feminino, não estamos nos referindo a uma perspectiva de buscar a superioridade de mulheres sobre homens, e sim, a equidades de direitos humanos e participação ativa em meio à sociedade que vivemos.

Diante do exposto e ao refletir sobre a luta da mulher pelos seus direitos, pelo seu empoderamento e pela sua visibilidade social é necessário que esta busca seja constante e que não seja apenas uma causa feminista, é fundamental que a sociedade se sinta parte responsável na consolidação de direitos, na erradicação de todos os tipos de violência, especialmente a violência contra a mulher, que tem atingido todos os setores e classes sociais.



É importante que se discuta e debata sobre igualdade de direitos e deveres e que se desconstruam as atitudes preconceituosas, para que a mulher seja enxergada como sujeito de direitos já conquistados e que ainda muito conquistará, ressaltando que o alcance destes direitos causa inúmeras transformações sociais, necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

## 1.2 O ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES.

Ao realizar uma abordagem sobre políticas públicas voltadas para mulheres, é fundamental que se faça uma viagem ao tempo, buscando compreender todo o processo de desenvolvimento das lutas feministas no Brasil e no mundo.

Cabe neste momento, ressaltar a importância do Movimento Feminista frente às reivindicações e manifestações em prol da conquista dos direitos da mulher, que conforme Cunha (2014) começou a se organizar em 1960, mas foi enfraquecido pelo Regime Militar instaurado no país naquela década, e por isso, apenas em 1970 fortaleceu-se e engajou-se na luta contra a violência de gênero, onde a mulher era e ainda é sem dúvidas a maior vítima.

Conceituando esse período, Cunha (2014) afirma que:

Violência de gênero, entretanto, não significa necessariamente violência contra a mulher. Estes conceitos passaram a ser utilizados como sinônimos a partir do movimento feminista da década de 70, que na luta contra a violência de gênero, passou a afirmar a expressão “violência contra a mulher”, já que esta é o alvo principal daquela. Violência de gênero, portanto, pode ser compreendida como categoria mais ampla, compreendendo os homens também como vítimas da construção dos papéis sociais específicos a cada sexo, sem desconsiderar que o masculino encontra-se situado no pólo positivo, dominador, nesta ideologia sexista. (CUNHA, 2014, p. 202)

A necessidade da criação de políticas públicas para mulheres ocorre frente a diversas circunstâncias, mas, é visível a principal delas, a violência contra as mulheres que durante tanto tempo aconteceu de forma naturalizada simplesmente porque a mulher era considerada inferior ao homem. Desde modo, esta foi a principal perspectiva do movimento feminista, a consolidação de políticas que coibisse a violência contra a mulher e que punisse o agressor. Contudo, vale enfatizar que essa inferioridade já apontada como fator socialmente construído

apresenta também outras necessidades de superação que partem apenas para a relação da violência de gênero, porém, que desconstrua-se também os papéis sociais entre gêneros partindo do princípio da igualdade, de forma que apontasse direitos e deveres igualitários.

Sobre a relação entre mulheres e políticas públicas, Lemos et. al. (2013) a primeira política pública voltada para mulheres no Brasil, foi a criação das Delegacias Especializadas da Mulher em 1985, que vieram contribuir com a construção de uma cidadania de gênero no país.

Este tipo de Delegacia foi um órgão criado eminentemente para reprimir a violência contra a mulher e surgiu da necessidade da existência um atendimento diferenciado e especializado, pois o trato sobre as questões de gênero sempre foram permeados por um contexto de preconceito.

Nesse contexto, por mais que as Delegacias Especializadas tenham vindo contribuir com a construção de uma cidadania feminina, não foi suficiente, perante um longo histórico de lutas realizadas pelas mulheres na perspectiva de consolidação de seus direitos. É importante destacar que no Brasil estes direitos começaram a se materializar a partir da Constituição Federal de 1988.

Esta Constituição, também conhecida como Constituição Cidadã, estabelece esta relação de cidadania junto às mulheres, quando materializa em seu Capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, Art. 5º que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
 I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;  
 II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;  
 III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;  
 IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;  
 V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; (BRASIL, 1988, p.15)

É diante dessa luta das mulheres pela igualdade que as políticas públicas para mulheres surgiram, e é ainda nesse contexto de luta e resistência que elas vêm ganhando cada vez mais espaço na sociedade.

Dagnino (2004) aponta que a partir desse momento tem-se uma nova cidadania modificada por uma organização da população na busca pela efetivação de seus direitos formando movimentos sociais que passaram a buscar e a instigar o Estado por respostas às demandas dos cidadãos.

Pode-se compreender que a partir da década de 1980, a sociedade passou a organizar-se nos movimentos sociais como forma de alcançar direitos que há tanto tempo já vinham sendo buscado, mas que por inúmeras razões conjunturais foram negados ou omitidos, sendo expressos apenas na Constituição Federal de 1988, conhecida também por Constituição cidadã, justamente por reportar-se ao indivíduo como uma nova cidadania apontada pelo autor supracitado.

Sobre este marco, Lemos et. al. (2013) diz que a criação da Constituição Federal de 1988, foi a forma que o Estado encontrou para apresentar respostas às demandas populacionais, passando a se organizar e a permitir o acesso da população na construção da gestão do Governo, no entanto, já existiam as primeiras políticas públicas no Brasil.

Na verdade, o autor supracitado trás colocações que realmente ocorreram, quando ele ressalta que muitas das políticas públicas já vinham em processo de construção, pois esta luta teve maior efervescência no fim do período ditatorial, quando também se buscava o processo de redemocratização do País, mas, a Constituição de 1988 veio de fato ampliar o acesso a estas.

Entretanto, cabe nesse contexto sobre políticas públicas, abordar especialmente o surgimento destas quando voltadas para as mulheres, enfatizando que estas vem sendo buscadas a muito tempo.

Fazendo uma análise sobre as colocações de Farah (2004), Bandeira (2005) e Soares (2003) percebe-se que ambos comungam da mesma linha de pensamento, quando falam que o fortalecimento do movimento feminista ocorreu com efervescência no Brasil a partir dos anos 1970, e posteriormente se expandiu na área acadêmica, onde os principais reflexos, davam-se inicialmente na tentativa de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, mas, com o intuito de estabelecer pautas políticas específicas direcionadas às mulheres.

O movimento feminista e suas reflexões iniciais buscava ampliar o debate sobre os direitos da mulher, contudo, lutando também pela consolidação de políticas públicas que favorecessem toda a sociedade. Entretanto, sabe-se do contexto de desigualdade vivido pela mulher durante tantos anos e fazia-se sobretudo, ainda mais necessária a criação de políticas direcionadas aos direitos da mulher.

Para Lemos et. al. (2013) o movimento de mulheres no Brasil reivindicou desde os anos 1980, a necessidade de elaboração de políticas públicas que destacassem as mulheres como cidadãs. E isto se deu, mediante a crescente participação feminina nas tarefas públicas, no mercado de trabalho, na educação e nos espaços públicos.

A luta feminina foi muito mais do que marcada por simples palavras, foi determinada pela sua força, organização e pelo desejo de alcançar sempre mais no que se refere aos seus direitos. As demandas da participação feminina em todos os espaços almejados por ela fortaleceu a demanda e conseqüentemente criou novas exigências e desafios na elaboração e execução de políticas públicas para este público.

Neste sentido, Leandro (2014) ao abordar sobre as políticas públicas, enfatiza sobre o surgimento das políticas públicas para mulheres, como forma de realizar a análise de implementação destas políticas inicialmente voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, através de um resgate histórico sobre o surgimento dos direitos humanos, possibilitando uma reflexão sobre a luta das mulheres pelo reconhecimento e garantia de seus direitos.

Assim, como a consolidação e implementação de outras políticas públicas, as políticas voltadas para as mulheres não surgiram de forma diferente, também emergiram em um contexto histórico marcado por muitas situações de preconceito, de luta e reivindicação por dias melhores. Mas nesse caso, originou-se principalmente como forma de reconhecimento dos direitos das mulheres pela igualdade de gênero.

Sobre estas políticas públicas, Leandro (2014) cita que:

A criação de políticas voltadas especificamente para as mulheres esteve em consonância com os pressupostos de instrumentais reguladores da democracia no Brasil, ou seja, a Constituição da República, a legislação brasileira e os acordos internacionais na área de direitos humanos para mulheres assinados pelo país. A Constituição Federal de 1988 foi um marco no processo de redemocratização ao instituir e consolidar avanços relevantes no que tange à ampliação de direitos das mulheres e no estabelecimento das relações de gênero mais igualitárias. (LEANDRO, 2014, p. 2)

Sem dúvidas, a Constituição conseguiu consolidar avanços de extrema relevância para a população brasileira, e especificamente para as mulheres, quando estabelece relações de gênero igualitárias, ampliando o fortalecimento feminino e oportunizando ao gênero a capacidade legitimada da igualdade de direitos e deveres.

A Constituição Federal de 1988 trouxe inclusive avanços dentro do Sistema de Seguridade Social, como forma de garantir a mulher, direitos nunca garantidos anteriormente, embora já tivessem avançado muito frente as suas lutas cotidianas, o referido sistema materializado na CF/88 articulou as políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

A Saúde trouxe como característica mais importante, no que se refere a garantia de direitos, a universalidade, ou seja, o seu acesso é livre, sem restrições, devendo ser igualitário, e difere-se de outras formulações da política de saúde, pois agora não priorizará somente alguns trabalhadores do gênero masculinos, tendo como obrigatoriedade abranger todos os indivíduos independente de gênero, raça ou credo.

Já a política de Previdência Social, mesmo sendo prestada somente ao indivíduo que contribuir com a mesma, passou a apresentar em relação à mulher as seguintes contribuições, expostas no art. 201 da CF/88:

Art. 201. A previdência social será organizada sob forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá nos termos da lei, a (EC nº 20/98, EC nº 41/2003 e EC nº 47/2005)

I- Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - Proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III- Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - Salário- família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa-renda;

V - Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. (BRASIL; 1988, p. 129)

A Previdência Social passa a atender o indivíduo contribuinte independente de gênero, assegurando a todos os trabalhadores auxílios, pensões e salários, entretanto, garante especialmente à mulher a proteção à maternidade em situação de gravidez, ou seja, as trabalhadoras grávidas passam a ser amparadas por esta lei através da licença e do auxílio maternidade, efetivando seu direito quando a mesma não tiver mais condições de exercer suas atividades laborais, diante da gestação.

Ainda neste contexto de Seguridade Social e de garantia de direitos à mulher, a Política de Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar e nesse momento surge como uma política nova e reformulada, deixando para traz o viés conservador e caritativo que permeou seu contexto histórico. A assistência social passou a constituir uma política que atua

junto a proteção e a promoção a todos que necessitam através de ações que devem ser prioritariamente executadas pelo Estado.

Sobre a garantia dos direitos da mulher, é importante enfatizar que foi através desta política que ocorreram inúmeras ações voltadas para a igualdade de gêneros efetivadas, contando com o apoio do Movimento Feminista que reivindica que os governos elaborem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco as mulheres como cidadãs. Além de fortalecer a atuar cotidianamente na crescente participação feminina cumprindo tarefas públicas, no mercado de trabalho, na educação e nos espaços públicos.

Contudo, Cintra et. al. (2013) diz que as conquistas femininas são inegáveis nas mais diversas áreas, nas mais diversas políticas. Porém, nos últimos 15 anos, as mulheres têm recebido atenção especial do governo, podendo destacar a criação em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.

Desde a criação da Constituição Federal, nunca se investiu tanto em políticas públicas para mulheres como nos anos 2000. Em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres proporcionou à abertura de novos espaços à mulher, dando-lhes a oportunidade de construir e buscar diversos outros mecanismos de promoção da igualdade entre gêneros.

Ainda de acordo com Cintra et. al. (2013) em 2004, o governo realizou a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que foi considerada um marco na afirmação dos direitos da mulher e mobilizou, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Essa Conferência foi primordial para a afirmação dos direitos das mulheres, pois neste momento foi possível ouvi-las formalmente acerca de seus objetivos, e por mobilizar tantas mulheres conseguiu compilar propostas para a elaboração de um Plano Nacional de Políticas para este gênero.

Oliveira (2013) os acontecimentos da I Conferência, mobilizou cerca de 120 mil pessoas entre os poderes constituídos e a sociedade civil. O momento permitiu a participação de mulheres de todo o país, tendo como objetivo constituir às propostas, garantir a representatividade e a expressão da diversidade da população.

Segundo Avritzer (2012), alguns fatores explicam a positiva mobilização em torno das Conferências como uma redefinição das áreas de interesse dos atores da sociedade civil no Brasil. Destaca-se entre os avanços, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres

(SPM), que foi uma resposta às demandas da sociedade civil organizada e sua materialização inauguraria um novo momento na história do Brasil.

A I Conferência foi sem dúvidas um grande marco para as mulheres através de sua capacidade de mobilização, que trouxe consigo ideias grandiosas em defesa dos direitos do segmento feminino, como por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres surge como uma forma de reforçar a importância da efetivação de políticas voltadas aos interesses deste público.

A SPM foi criada com a missão de erradicar todas as formas de desigualdade que atingem as mulheres, as quais são partes das populações ditas “vulneráveis”. A SPM teve sua competência somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, artigo. 22, que altera a lei anterior transformando a SPM em Ministério. (BRASIL, 2010).

Cabe ainda destacar aqui, a criação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que de acordo com Pontes e Damasceno (2017) entra em vigência na data de 22 de setembro de 2006, e trouxe para cenário político e jurídico brasileiro, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em relações familiares e afetivas, em todas as suas expressões e em qualquer contexto socioeconômico.

A Lei Maria da Penha foi sem dúvida o maior e o mais conhecido de todos os marcos no que se refere a consolidação dos direitos da mulher, esta tem como perspectiva erradicar e prevenir as ações de violência contra a mulher realizadas na maioria das vezes por pessoas no próprio âmbito familiar.

Cabe aqui destacar ainda que a Lei Maria da Penha objetiva a prevenção, a punição e a erradicação da violência contra a mulher e que apesar de entrar em vigência em 2006 estas foi materializada com base nas exigências do artigo 226 da CF/1988 que transfere para o Estado, a responsabilidade de assegurar e de oferecer assistência aos membros familiares, através da criação de mecanismos para coibir a violência nessas relações.

Para Oliveira (2013) o nome da Lei Maria da Penha surgiu como forma de homenagear uma mulher vítima de violência doméstica pelo marido, de nome Maria da Penha. Esta referida mulher, assim como tantas outras sofreu violência durante muito tempo e desde o ano de 1983 vinha lutando pela consolidação de seus direitos.

Maria da Penha é cearense e assim como muitas mulheres, foi vítima do preconceito, da agressão e da violência física, moral, psicológica e de todas as outras formas de violência, mas que através da luta pela garantia de seus direitos conseguiu garantir direitos para a coletividade feminina.

De acordo com Pontes e Damasceno (2017) em 2012, outro importante passo foi dado em relação a política para as mulheres. Desta vez, a criação da Coordenação Geral da Diversidade, órgão que veio reafirmar o compromisso com a promoção de políticas públicas para as mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência.

Conforme analisado, a Coordenação Geral da Diversidade foi criada com a pretensão de garantir políticas que contemplassem as mulheres e as suas especificidades promovendo desta forma o combate à discriminação e ao preconceito existente de maneira tão evidente na sociedade.

Contudo, é fundamental refletir sobre a visão expressa por Silveira (2004), destacando que para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pensando especialmente nas refrações sofridas pelas mulheres, pressupõe-se que haja a criação de práticas de cidadania, trabalhando a concretização da justiça de gênero, sobretudo a responsabilidade do Estado junto a redistribuição de riquezas, poderes, entre regiões, classes, raças e etnias, e principalmente entre mulheres e homens.

Não há como criar políticas públicas eficientes sem que antes seja trabalhado um cenário de conscientização da sociedade e do Estado em si, para a efetivação destas políticas. Por isso, existem tantas políticas criadas e que não saem do papel, pois não existem meios para a efetivação das mesmas.

## **CAPÍTULO II - ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**

### **2.1 O CRAS FRENTE À CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO.**

A Constituição Federal de 1988 marca um avanço no campo dos direitos sociais e na ampliação dos mesmos, como principal objetivo propor a diminuição das diversas expressões da questão social, erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre e democrática. A assistência aos pobres, às práticas assistencialistas e paternalistas juntamente com o processo de renovação do Serviço Social mostra a necessidade de avanços significativos para a sociedade. A transição do assistencialismo para a assistência social como política pública.

Para Brasil (1988) A contextualização da assistência social como direito e não como ajuda cresce não só no âmbito do Serviço Social, mas em uma conjuntura mobilizadora de



classes no decorrer da década de 1980. E em meio a um cenário de crises econômicas e de luta por abertura política, em 05 de outubro de 1988, é promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, introduzindo um conceito abrangente de proteção social, compreendendo um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência social e a assistência social.

Conforme a citação acima a partir da promulgação da carta magna de 1988 a Assistência Social passa a ser reconhecida como política pública, reconhecida por lei como direito universal de caráter não contributivo, que está direcionada como uma política social de proteção gratuita aos necessitados, tendo o Estado como principal responsável. Para que a Assistência Social fosse promulgada, a população teve uma grande participação a partir de reivindicações, movimentos sociais e diversos grupos, em busca de melhores condições de trabalho, saúde e educação.

Sobre a Assistência Social se materializa na Constituição Federal de 1988, da seguinte maneira:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p. 131)

A Assistência Social como preceitua o Artigo 203, deve ser prestada a quem dela necessitar, aos que vivem na vulnerabilidade não só da pobreza, como também a frágeis condições sociais para que através da assistência social os indivíduos encontrem melhores condições de vida.

Neste sentido, a Assistência Social vai se inserir na Seguridade Social como uma política não contributiva, mas compreendida como direito de todos aqueles que necessitam dela de alguma forma. É sobre esta afirmação que Mota (2008) cita que a Assistência Social nesse momento vai além de uma política, mas, pode ser considerada um mito social, pela sua capacidade de intervenção direta e imediata principalmente pela sua condição de ideologia e prática política.

A autora supracitada diante de suas diversas publicações acerca da política de Assistência Social e seus avanços, contudo, é nesta publicação que ressalta-se sobre a importância que a política adquiriu ao longo do tempo sendo desenvolvida agora através de propostas interventivas que atuem diretamente junto ao indivíduo, buscando trabalhá-lo em sua condição emancipatória.

É neste processo que se pode pensar a criação de instituições como o CRAS, como mecanismos para execução da referida política e por isso, não se pode esquecer da criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como marco de um grande avanço no campo da assistência social, criada para regulamentar e estabelecer normas e critérios para organização da assistência social, definindo-a como direito de todos. Seus objetivos estão ligados diretamente à proteção da família, da infância, da adolescência, da velhice, da habilitação e reabilitação profissional, e a garantia de um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência.

A LOAS, criada em 1993 e para Couto (2008) foi quando a Assistência Social foi regulamentada, criou-se no momento uma nova matriz para a política. Esta Lei passou a conceder benefícios para diferentes segmentos como: os idosos, pessoas com deficiências, mulheres, crianças e a adolescentes. Esta foi sancionada no dia 7 de dezembro, através da Lei nº8.742/93, e proporcionou um novo sentido e significado para a Assistência Social. Esta Lei foi sancionada durante o governo de Fernando Collor, sendo este o primeiro presidente eleito, pelo Movimento das Diretas Já, na democratização do país, porém com sua expulsão do poder, Itamar Franco, vice-presidente toma à frente do governo do país, e conseqüentemente passa a trabalhar na criação de estratégias de combate à pobreza, a fim de que houvesse um controle dos problemas sociais.

A LOAS é destaque na Assistência Social, por ser a Lei responsável por regulamentar e que trás consigo um novo significado a política, agora passando a ser compreendida como um direito, a atuação agora passa a não ser mais caritativa e sim voltada para a superação e o combate a pobreza e a tantas expressões da questão social.

A LOAS (1993) definiu na CF/88 a Assistência Social como: Direito do cidadão e dever do Estado, enquanto política não contributiva, que deve ser prestada a quem dela necessite, a fim de provê os mínimos sociais, onde estes devem ainda ser realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, garantindo o atendimento às necessidades básicas.

Após a LOAS, outro grande marco que não se pode deixar de citar neste contexto, foi a criação do SUAS, a política de Assistência Social, alcançou avanços ainda mais

expressivos, a respeito da sua gestão, passando a ser descentralizada, participativa e hierarquizada, e não mais vista como ações caritativas e assistencialistas. Os usuários da política de assistência social passaram a ter liberdade para participar dos conselhos, e serem orientados e direcionados a respeito dos seus direitos, dando vez e voz a quem era considerado mero receptor de ações assistencialistas.

Segundo Mota (2008):

É nítido um alargamento (expansão) dos objetivos desta política com a implementação do SUAS. Todavia, a amplitude do seu público alvo envolve um leque de situações tão diversas que pode, inclusive, comprometer o processo de normatização e padronização dos serviços prestados. Creditamos as categorias vulnerabilidade e risco, ambas indicadoras dos níveis de exclusão, uma relativa fragilidade na delimitação dos usuários e dos próprios serviços a serem prestados para atender os níveis de proteção propostos. (MOTA, 2008, p. 191)

O SUAS proporcionou expansão para a política de Assistência Social, a partir de sua implementação a política passou a atingir todo o território brasileiro, através de serviços prestados especificamente para sujeitos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco, como forma de efetivação da proteção social, que passou a dispor de duas modalidades de proteção: básica e especial. Ou seja, cada programa, serviço, projetos da assistência social são organizados por níveis. Essa articulação de redes tem a finalidade de propiciar aos usuários respostas as suas demandas e necessidades sociais, devendo observar as disposições da Política Nacional de Assistência Social e da Lei Orgânica de Assistência Social.

Sobre estes níveis de proteção, cabe ressaltar acerca do serviço de Proteção Social Básica que tem como objetivo prevenir situações de riscos e de vulnerabilidades sociais decorrentes da pobreza, que afetam o pessoal quanto o social dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Tais serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

O Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009) cita que:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma

unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias á rede de proteção social de assistência social. (BRASIL; 2009; p. 9)

O CRAS é uma unidade pública integrante do SUAS, configura-se um espaço de convivência, onde são realizados programas e serviços, as atividades que constituem o trabalho social no equipamento é o acolhimento, atendimento psicossocial às famílias, elaboração de laudos, visitas domiciliares e institucionais, abordagens, e conforme identificação das demandas as famílias são encaminhadas a concessão de benefícios como o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida, os benefícios eventuais e ainda a outros equipamentos como Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), ao Conselho Tutelar, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre outros conforme necessidade.

Para Rangel (2009), os CRAS devem proporcionar também a condução dos usuários locais às demais políticas públicas e sociais, promovendo a realização de intervenções intersetoriais que objetivam a sustentabilidade, de maneira a cessar a série de reproduções intergeracionais do processo de exclusão social, e prevenir que estes indivíduos e suas famílias tenham seus direitos infringidos, reincidindo à contextos de riscos e vulnerabilidades.

Dentro do CRAS devem ser desenvolvidas propostas que visem a integração entre os membros do referido território de abrangência, viabilizando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como, prevenindo as situações de risco e vulnerabilidade social que possam vir a ocorrer, como forma de minimizar as expressões que eclodem do processo de exclusão social.

Por isso, conforme Brasil (2009) o CRAS é uma unidade da rede sócioassistencial de Proteção Social Básica, que se diferencia das demais em razão da oferta de seus serviços, ações e das funções exclusivamente desenvolvidas durante o trabalho social com as famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF e da gestão territorial da rede. Sendo assim, a função do CRAS é ter um conhecimento adequado de seu território.

Em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, A Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais (2009) enfatiza que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e

proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço, estimulando as potencialidades das famílias, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o PAIF deve atender os usuários, em especial:

Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2009, p. 13)

Então, essas são as características do público alvo que as famílias atendidas pelo PAIF devem ter, ou seja, famílias em situações de alta vulnerabilidade, esses serviços como já citados são atribuídos e trabalhados com tais famílias.

O PAIF utiliza-se de áreas culturais para a efetivação de seus propósitos, a fim de promover novas experiências aos usuários que fazem uso do serviço, não deve conter índole terapêutica nas intervenções. Devendo prevalecer o respeito as diversidades das organizações familiares, aos valores, identidades e crenças, eliminando todo e qualquer tipo de preconceito e violência. (BRASIL, 2013).

A respeito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, criado como complemento a respeito do trabalho social estabelecido as famílias acompanhadas pelo PAIF, possui caráter preventivo em defesa dos direitos, busca o desenvolvimento de potencialidades e capacidades dos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) o principal serviço da Proteção Social Básica é o PAIF, exclusivamente desenvolvido nos CRAS que devem especialmente além de trabalhar a prevenção dos vínculos, pautar-se no desenvolvimento e fortalecimento de potencialidades dos sujeitos e suas famílias, onde estas acontecem normalmente através de trabalhos em grupos.

Com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais além do PAIF, os CRAS passaram a desenvolver os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV que foi organizado por faixa etária com o objetivo de prevenir possíveis situações de risco inerentes a cada ciclo de vida, buscando estimular a criatividade, propiciar o acesso dos usuários aos serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas, culturais, de esporte e lazer, além de contribuir para a inclusão social do ser

humano, trata-se então de um programa social implementado pelo ente federal e desenvolvido pelo município.

Este serviço deve possuir uma maneira de intervenção planejada, criando momentos desafiantes que orientam e estimulam os usuários na composição e recomposição de suas vivências e histórias conjuntas e individuais na família e na localidade.

Dessa maneira, os serviços podem ser organizados grupos de crianças, adolescentes, jovens, de adultos, e de pessoas idosas, a depender da demanda do município. É importante que a composição desses grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência.

Compõe a equipe do SCFV, técnicos de referências do CRAS com formação de nível superior, podendo ter a contribuição de Psicólogos, até mesmo de outros profissionais que fazem parte da equipe do CRAS, como orientador social ou educador social.

Portanto concluiu-se que esses serviços ofertados pela Assistência Social, são de suma importância para o fortalecimento de vínculos de famílias, onde as mesmas se encontram em situações de vulnerabilidade econômicas e riscos sociais, podendo contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades, resgates, empoderamento feminino e efetivação de direitos sociais. Porém, a perspectiva de emancipação a respeito desses serviços, muitas vezes não atendem aqueles que fogem das convenções impostas pelo sistema capitalista.

É perceptível que alguns profissionais reproduzem visões, tradições, crenças e costumes no ambiente de trabalho, prejudicando o acesso devido as políticas sociais destinadas aos usuários.

## 2.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO GRUPO DE MULHERES NO CRAS FREI DAMIÃO.

Ao considerarmos as Políticas Públicas como uma mola propulsora para a inclusão e visibilidade feminina, tais políticas podem transformar o cotidiano das mulheres, alargando seus caminhos, além de inserí-las na sociedade como um ser ativo. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração, implantação e nos seus resultados formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder e de recursos.

Então, ao se propor políticas públicas de gênero é preciso estabelecer o sentido real das mudanças que pretendem ser contempladas, a respeito de dar plenitude a condição

emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Nesse contexto de desigualdades de gêneros que vivenciamos, o Estado deve estar à disposição para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, gerações e classes.

É sobre esta afirmação que Lemos et. al. (2013) cita que:

A ampliação dos direitos das mulheres, com a conseqüente ampliação da cidadania, permitiu, dentre outras conquistas, uma maior responsabilização do Estado, para que este atue na identificação de situações de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício da sua cidadania em todos os espaços públicos. (LE MOS ET. AL. 2013, p. 6)

Neste sentido, a implementação e ampliação do direito da mulher, através de suas políticas, trouxe significativos avanços para o gênero feminino que por tanto tempo sofreu com as expressões diversas da desigualdade. Por isso, ao falarmos sobre a questão de empoderamento feminino, não estamos nos referindo a uma perspectiva de buscar a superioridade de mulheres sobre homens, e sim, que consolidar seus direitos no que se refere a questões que requerem igualdade e quando necessário, equidade de direitos humanos e participação ativa em meio à sociedade que vivemos.

A partir disso, segue um conceito claro sobre o empoderamento:

O objetivo do empoderamento não é construir uma sociedade de mulheres poderosas, porém isoladas, mas de contribuir para a construção de uma nova ordem científica e cultural, socialmente justa e politicamente democrática, em sentido mais amplo ou abrangente. Ou seja, uma ordem sem hierarquias nem privilégios baseados em estereótipos e estigmas absolutamente injustificados e nada científicos, que permita então a homens e mulheres que, de maneira conjunta, desenvolvam uma cidadania plena e produtiva. (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p.442).

Dessa forma, compreende-se que a criação de políticas públicas para mulheres, foram implementadas apenas na perspectiva de busca pela equidade de direitos, para que uma sociedade construída através de preceitos machistas, possa descartar todos os estereótipos postos ao gênero feminino, eliminando qualquer tipo de preconceito. Para que futuras gerações não se frustrem, devido a traços negativos do passado.

É notável que a exclusão social na contemporaneidade ainda é presente, quando falamos no gênero feminino, não há uma visibilidade ampla ou uma atenção maior pelo

Estado, que possa trabalhar com esse público que se encontra em alta vulnerabilidade social, para que possam ser realmente atendidas como preceitua a lei.

Muitas mulheres que não tiveram a oportunidade de adentrarem no mundo da educação devido a vários fatores, familiares, sociais ou econômicos, passam por dificuldades de serem aceitas no mercado de trabalho, oriunda a falta de escolaridade e experiência profissional. Esses fatores trazem traços negativos para mulheres e suas famílias, por função dessa exclusão social, têm que optarem pela produção agrícola para proverem sua sobrevivência, tendo que levar seus filhos às vezes pequenos para um trabalho coletivo.

Dentro deste cenário, cabe compreender o trabalho do Assistente Social do CRAS enquanto profissional que atua diretamente na perspectiva de fortalecimento do empoderamento feminino, buscando através de ações estrategistas dentro dos grupos, mediante as ações desenvolvidas, reforçar a defesa da profissão junto a classe vulnerável e especificamente classe trabalhadora, bem como, as minorias, descobrir as potencialidades, incentivar a emancipação política, social e pessoal da mulher, orientando sobre a importância do conhecimento acerca dos seus direitos, entendendo que esta é a combinação necessária para o empoderamento das mesmas dentro de uma coletividade.

Para Vasconcelos (2000) é na coletividade que os sujeitos estabelecem relações sociais entre si, reproduzindo as relações dominantes na sociedade capitalista, porém por meio da participação social consciente, os mesmos vivenciam e exercitam relações democráticas, tendo como base a liberdade, igualdade e justiça, compreendendo e enfrentando relações contrárias aos seus interesses e necessidades.

Sendo assim, é importante afirmar que a organização das classes subalternas não será conduzida pelo profissional de forma individual, mas requer pronta articulação com outros setores da sociedade, que compactuem com o projeto societário contra hegemônico, no caso específico da categoria de Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político.

Costa (2012) afirma que o profissional de forma individual e isoladamente não conseguirá encadear um processo de contra hegemonia, pois este é concebido como uma ação de proporções coletivas entre vários sujeitos sociais.

É deste modo, que no CRAS, o Assistente Social atuará de forma coletiva, como estratégia de afirmação do sujeito enquanto ser social que diante da sua participação em grupos cujo propósito é superar as complexidades e desafios impostos a partir das relações dominantes sobre a classe subalterna.

Neste sentido, Gomes (2013) faz a seguinte afirmação:



Decerto que a função do direito em seu aspecto regulador, em determinadas conjunturas, favoreceu e garantiu ganhos ao trabalhador. No entanto, é preciso não incorrer no equívoco de atribuir ao direito, situado no campo da emancipação política, a capacidade emancipatória social que só o trabalho, como força criadora, tem. (GOMES, 2013, p. 104)

Todas as questões buscadas pelo Assistente Social dentro do CRAS formam um conjunto de direitos, que por muito tempo não foi conquistado, mas que recentemente tem atingido um novo patamar na vida do trabalhador e especificamente das minorias, como a exemplo das mulheres. É nesta perspectiva que o assistente social enxerga-se como profissional mediador e contribuinte diante de um cenário complexo.

Segundo Netto (2007), colocando em xeque o preparo de profissionais capazes de efetivar o projeto ético-político da categoria e, por conseguinte seu Código de Ética, de serem críticos/as, propositivos/as, que articulem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, aptos a desvelar a realidade posta, a entender as contradições entre capital e trabalho, bem como, a buscar a efetivação dos direitos sociais.

Neste contexto, é fundamental compreender que mesmo diante de tantas dificuldades, a consolidação de políticas como a Assistência Social, foi de grande contribuição para a formação coletiva de cidadania que se tem atualmente, principalmente no que se refere a conquista por direitos até então desconhecidos.

Não se pode esquecer que houve após a criação da política, um grande avanço no campo social, onde o Estado até então omissivo, tornou-se mediador entre políticas públicas e população, priorizando especificamente aqueles que vivem em vulnerabilidade social. Entretanto, cabe relatar que a vulnerabilidade social não está exclusivamente ligada a questão socioeconômica, apesar de também envolvê-la neste processo, mas vai muito mais além, envolve questões que tornam os indivíduos fragilizados por sua posição social.

Porém, quando fala-se em posição social e relação socioeconômica, reflete-se sobre a mulher como sujeito que pode estar diretamente envolvido nas duas condições. Dentro dos CRAS, enquanto principal equipamento da Assistência Social há além de uma grande perspectiva de construção e transmissão de conhecimento sobre o direito da mulher, uma grande preocupação com sua condição de trabalhadora, enquanto classe essencialmente ligada aos Assistentes Sociais, e diante de todas as colocações tem-se observado uma constante reprodução de trabalho informal para mulher, como garantidor de emancipação, entre o artesanato, produção de bijuterias, minicursos de manicure e doces. A informalidade não

deixa de ser uma estratégia do sistema capitalista, para não dar visibilidade de forma ampla à classe feminina.

Devo enfatizar a importância do trabalho desenvolvido através do PAIF pelas Assistentes Sociais no CRAS Frei Damião, que veem a contribuir para o empoderamento feminino, são elaborados projetos e ações para promover a participação e o desenvolvimento de habilidades de mulheres usuárias do serviço.

Costa (2012) o profissional quando inserido no CRAS passa a intervir no processo de acompanhamento do sujeito através do exercício da dimensão socioeducativa, a qual pode assumir uma perspectiva mais particular ou coletiva, relacionada às demandas às condições objetivas e concretas que as idealizam.

Através deste trabalho, o profissional conhecerá a realidade de cada família acompanhada, inclusive compreendendo suas demandas e necessidades de intervenção. Destaca-se que esta intervenção atingirá no sujeito seus mais diversos âmbitos de vida proporcionando-lhe a superação de algumas adversidades encontradas no cotidiano através de sua emancipação.

É ainda no CRAS que o trabalho com grupos ocorre com maior frequência e que de acordo com Costa (2012) podem configurar-se em espaços de exercício de novas relações ou ainda o seu contrário; potencialmente pode contrapor valores individualizados ou ainda fortalecê-los.

É neste cenário que o profissional através de sua prática, direcionará seu trabalho na perspectiva do fortalecimento das relações e dos vínculos, proporcionando especialmente ao grupo de mulheres, o reforço de seus valores individuais, familiares e sociais que pode acontecer de maneira inconsciente, ou seja, quando o profissional executa o trabalho sem questionar os fins que almeja alcançar, e diante deste processo serão possíveis inúmeras conquistas.

As atividades que são desenvolvidas dão alternativas de geração de renda para as famílias dessas mulheres, através de oficinas, palestras sobre empreendedorismo, fazendo com que esse público possa se articular e saírem da sua zona de conforto e buscarem novas perspectivas de vida. É perceptível que muitas dessas mulheres já colocaram o seu próprio negócio, pois adquiriram conhecimentos e práticas para elaborações de artefatos e artesanatos produzidos por elas mesmas, através da participação efetiva no grupo de mulheres ofertado pelo CRAS, obtendo renda familiar. É significativo, pois contribui para a autonomia econômica das mulheres atendidas pelas políticas públicas sociais, muitas a partir dessa

iniciativa, passaram a adquirir o conceito que podem sempre ir além do que imaginam, usando sua criatividade.

Segundo Duarte (2006) essas oportunidades quando disponibilizadas para as mulheres, permitem que as mesmas possam progredir dentro de seu contexto familiar, pois atualmente é grande o contingente de mulheres que conciliam funções e papéis essenciais como mãe e executoras de atividades domésticas, e que, além disso, podem desenvolver a capacidade de adentrar no mundo do trabalho, fazendo com que o seu desempenho profissional se torne um ponto positivo para todos os outros membros da família, onde a mesma passa a conquistar um novo espaço dentro desse cenário.

Entende-se que atualmente a mulher tem alcançado seus objetivos principalmente quando conquista sua independência profissional tornando-se exemplo para os outros membros da família, associando os cuidados com a família às atividades externas a partir da sua inserção no mercado do trabalho.

As mulheres do século XXI gostariam de ter uma vida profissional mais recompensadora, mas sem ariscar a qualidade da vida privada. Muitas sentem o problema mais intensamente, chegando à conclusão que ser mãe e empreendedora é impossível e desistem de alguns aspectos de suas vidas. Outras escolhem não casar e muitas optam por não ter filhos adiando seus planos familiares, neste caso algumas os têm outras não. Em famílias onde os cônjuges trabalham, as mulheres operam em 70% a 80% das atividades domésticas, mesmo sendo “liberadas” prezam pela qualidade de vida e em particular pelo bem estar dos filhos ao contrário do homem. (CARBONI, 2009, p. 41)

É neste sentido que o Assistente Social no CRAS enquanto profissional que realmente conhece a realidade familiar vai atuar centrando agora suas ações na valorização da família, na valorização do papel da mulher, que passa a tornar-se mãe e muitas vezes chefe de família. É a partir deste empoderamento e conseqüentemente do alcance de suas conquistas, as mulheres devem buscar ser detentoras de suas próprias decisões, tornando-se exemplo para outras mulheres, e compreendendo a importância da participação das mulheres no grupo do PAIF desenvolvido nos CRAS.

### 2.3 O EMPODERAMENTO FEMININO.

Abordar sobre o empoderamento feminino é tratar também da igualdade de direitos, da história da mulher e de sua luta. Na atualidade a luta feminina e os debates sobre os direitos da mulher vem ganhando força, tem sido um assunto comumente discutido entre mulheres e que vem se expandindo na sociedade como um todo, mediante o contexto transformador em que se vive. Tratando de empoderamento feminino, é fundamental que se relate brevemente sobre gênero, compreendendo que este termo surgiu mediante um contexto de construção de papéis sociais tão diferentes entre homens e mulheres.

Para Beauvoir (1991) a construção do que é ser homem e do que é ser mulher ocorreu socialmente, através de um argumento corroborado pela máxima beauvoiriana de que não se nasce mulher, torna-se, aludindo que para que a mulher obtenha seu lugar ao sol, deverá lutar por ele, a partir de suas próprias vontades.

Deste modo, refletindo sobre a visão de Beauvoir o significado de ser mulher surgiu mediante seu sexo biológico bem como, pautado em um contexto social, ou seja, determinado pela sociedade. Contudo, sabe-se que não se nasce mulher ou homem, torna-se. E é justamente por esta razão que se discute acerca do empoderamento feminino, estando esse fenômeno intimamente ligado a luta da mulher por ser quem ela deseja ser e lutar por esta conquista, desmistificando as expressões preconceituosas e repressivas que lhes perseguiram ao longo do tempo.

Para Ferrari (2013) a mulher por muito tempo interiorizou esta repressão e seu processo de inferiorização é histórico cultural, resultando assim em sua baixa autoestima, percebendo-se como um ser sem importância e que a faz auto-sabotar seu potencial.

Esse processo de inferiorização distancia a mulher da busca pelo empoderamento, pois a construção da autoestima é principal caminho para o alcance de sua independência e não somente de poder. A relação de empoderamento ocorre através da transformação, e esta deve começar de dentro para fora.

Para Morais e Rodrigues (2016) o termo empoderamento, originou-se nos Estados Unidos, começando a ser utilizado pelas feministas em meados dos anos 70, e sendo determinado como todo o acréscimo de poder que, “induzido” ou “conquistado”, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania.

Pode-se assim, entender que o empoderamento é o alcance de uma forma de poder que pode ser conquistada ou induzida, entretanto, não se apresenta através de uma hierarquia, mas permite que o alcance deste aumente a representatividade do exercício da cidadania.

Ferrari (2016) aponta que:

O empoderamento significa que a mulher, deve tomar para si seus direitos, revestindo-se e investindo-se de poder, pois “luta por seus direitos quem os reconhece, mas acima de tudo, quem se reconhece como digno deles” (FERRARI, 2016, p. 3).

A conquista pelo empoderamento pode tornar-se complexa e demorada, pois ela deve atingir primeiro a própria mulher, para que esta possa compreender, conhecer e lutar pelos seus direitos, reconhecer-se enquanto cidadã e posteriormente atingir outras categorias como a família e a sociedade, mostram-se capaz e transformada pelo poder de ser quem deseja ser dentro de uma dignidade.

Lorio (2002) enfatiza que quando há o empoderamento das mulheres, surgem conseqüentemente benefícios também para os homens, pois a relação de poder patriarcal que era imposta os tornavam perante a sociedade, menos humanos, nessa conquista de empoderamento, houve ganho para ambos os lados.

Engana-se quem enxerga o empoderamento como a superioridade feminina sobre os homens, na verdade, é uma relação de poder que a mulher nunca teve e que a torna em um patamar de igualdade com os homens.

De acordo com Wittekind (2016) contrapondo esse conceito de superioridade, as feministas ressaltam que odiar os homens e ser feminista não está relacionado. O feminismo ou o empoderamento feminino é sinônimo de lutar por igualdade profissional e de gêneros, pelo fim da violência sexual e da cultura do estupro.

O feminismo assim como o empoderamento feminino passa por várias discussões na sociedade, por também ser palco de diversas opiniões e conceitos. Contudo, cabe abordar tais termos através do seu real sentido que é a constante busca por igualdade entre os gêneros, ressaltando que é uma luta permanente, pois não é somente na atualidade que essa perspectiva ocorre, mas, é um embate que já vem atravessando décadas, com uma única finalidade, o fim das desigualdades impostas por uma sociedade meramente machista.

O empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução,

profissionalização, consciência de cidadania e, também, “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima” (FERRARI, 2013, p. 2).

O empoderamento feminino constitui-se de várias características que vão desde os aspectos pessoais aos sociais, permeando uma relação pautada no conhecimento de seus direitos, reconhecimento enquanto cidadã, profissionalização, liberdade e autonomia que resultam na transformação de sua autoestima e de seu significado perante a sociedade.

Atualmente o debate sobre o empoderamento tem se expandido e adentrado em diversos contextos, contudo, acredita-se que o primeiro lugar a que ele deve pertencer é no próprio reconhecimento da mulher enquanto agente de transformação social.

### **CAPÍTULO III – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF NA CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO**

A instituição pelo qual a pesquisa se destina é o CRAS localiza-se na Rua Sargento José Marcolino Brasileiro, s/n, no bairro Frei Damião na cidade de Juazeiro do Norte-CE, reinaugurado em 2017, que atende aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Como já foi citado nos capítulos anteriores, os atendimentos e serviços que são prestados às mulheres no grupo do PAIF, se apresentam de suma importância para o processo de ressocialização, fortalecimento de vínculos das mesmas, através dos acompanhamentos oferecidos podem transformar percepções de vida das usuárias contribuindo assim para o seu empoderamento feminino.

A respeito da convivência estabelecida entre profissionais do equipamento e mulheres que participam do grupo, percebe-se que entre os mesmos possuem acima de tudo respeito e bastante interação, o que facilita a realização das atividades que são oferecidas as mulheres. As atividades do grupo são realizadas durante dois dias na semana, onde são trabalhadas vários tipos de questões que contribuem com a construção da autonomia e empoderamento feminino.

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações. (BRASIL; 2009; p.64)

A equipe técnica do CRAS Frei Damião é composta por um coordenador, cinco Assistentes Sociais, uma psicóloga, um educador físico e uma pedagoga. A equipe de apoio é composta por duas auxiliares de serviços gerais, um educador social, uma secretária e um vigia.

O espaço do CRAS dispõe de salas para a realização de atendimentos individuais, que vem a contribuir para a privacidade dos usuários, o ambiente é dividido e amplo, favorece as atividades em grupos.

Neste equipamento, o Assistente Social através do trabalho com as famílias, atua de forma preventiva e investigativa, através da identificação das demandas sociais existentes no real contexto de vulnerabilidade e risco social. Desta maneira, atua na viabilização e garantia dos direitos dos menos favorecidos como forma de concretizar a política de Assistência Social através do seu acompanhamento a estas famílias, por meio de um trabalho que vise o fortalecimento dos vínculos, o reconhecimento do sujeito, seu empoderamento e autonomia.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação à metodologia traçada para o alcance dos objetivos deste estudo, buscou-se através da pesquisa qualitativa, conhecer a realidade na construção do empoderamento feminino das mulheres que participam do grupo no âmbito do PAIF realizado no CRAS Frei Damião em Juazeiro do Norte- CE.

Para Gil (1999) a abordagem qualitativa propicia o aprofundamento da investigação ou pesquisa das questões relacionadas ao fenômeno estudado e das suas relações, atribuindo máxima valorização com a situação estudada. Este tipo de pesquisa proporciona ao investigador um aprofundamento acerca da realidade, observando as questões e relações existentes e oferecendo a esta realidade valores e significados.

Sobre a pesquisa qualitativa, Oliveira (2011) afirma que esta tem o ambiente natural ou a realidade como fonte direta de dados e supõe um contato direto e prolongado do

pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo.

Deste modo, pode-se compreender que este método é responsável por aproximar o pesquisador de seu ambiente de pesquisa, dando-lhes oportunidades de adentrar no cenário investigado, através de um trabalho de campo, ou seja, oferece ao mesmo a necessidade de investigar a realidade dentro dela.

Conseqüentemente, sabe-se que as pesquisas de método qualitativo, são realizadas através de estudos bibliográficos, essenciais para conhecer a opinião de diversos autores sobre o tema estudado, a partir de suas obras já publicadas.

Para Pizzani et. al. (2012) a pesquisa bibliográfica é:

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. (PIZZANI ET. AL. 2012, p. 54)

A pesquisa bibliográfica pode assim ser compreendida como um estudo da visão de alguns autores, sobre a temática pesquisada. Esta pode ser realizada através da leitura, compreensão e interpretação em materiais publicados como: livros, revistas, artigos e outras fontes de conhecimento que possam oferecer concretude ao pensamento do investigador.

Sobre a técnica de coleta de dados optou-se pela entrevista semi-estruturada, pois segundo Marconi e Lakatos (2003), permite alcançar um maior segmento da população, uma vez que pode ser aplicada a alfabetizados e analfabetos, pode haver o esclarecimento dos questionamentos pelo entrevistador, visando um melhor entendimento das questões abordadas, proporciona uma análise das atitudes e reações do entrevistado.

Este instrumento de Coleta de Dados proporciona uma maior proximidade com a população investigada, podendo compreender melhor a fala do entrevistado e podendo assim atribuir significados e interpretações a cada fala.

A população da pesquisa foi composta pelas mulheres que participam do grupo de mulheres no âmbito do PAIF no CRAS Frei Damião em Juazeiro do Norte-CE, utilizando-se como critérios de inclusão está participando ativamente do grupo e aceitar participar da entrevista, e como critérios de exclusão, não ser participante do grupo de mulheres.

Sendo assim, pode-se ressaltar que o universo das mulheres que participam do grupo de mulheres do PAIF, correspondem a 25 mulheres e a amostra foi realizada com 11 delas,



apenas as que corresponderam aos critérios de participação, equivalendo assim, a 44% de mulheres entrevistadas.

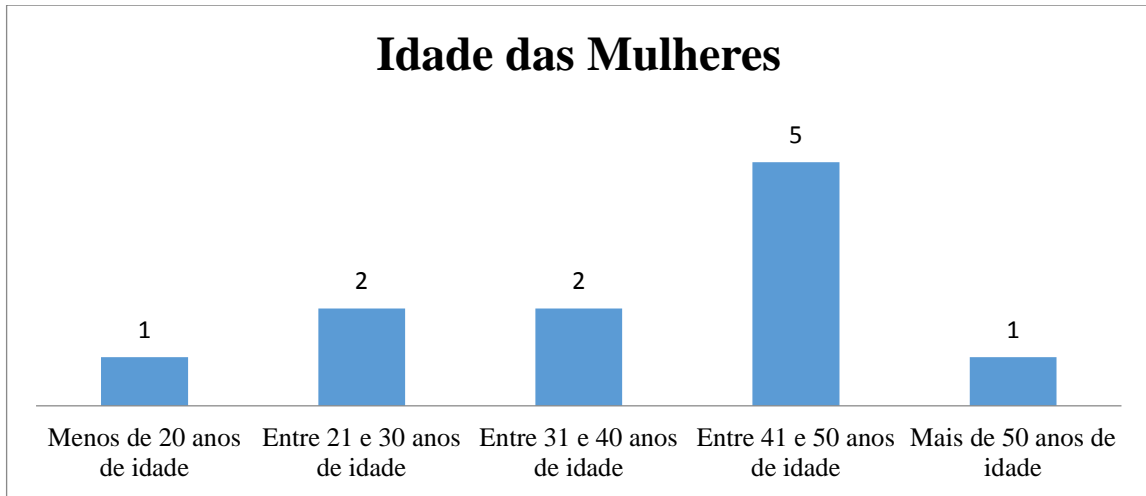
A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro do ano de 2018 no CRAS Frei Damião, após a assinatura do termo de consentimento e livre esclarecimento realizado pelas possíveis entrevistadas.

Vale destacar que, foi realizada a análise dos dados da pesquisa, que serão apresentados posteriormente, mediante resolução do Conselho Nacional de Saúde- CNS 510/2016, que trata do sigilo de pesquisas realizadas com seres humanos, e como forma de preservar a identidade profissional e pessoal das entrevistadas ambas serão representadas pela palavra “Mulher” representando todo o público entrevistado, seguida de um número de identificação, exemplo: Mulher 1, Mulher 2, Mulher 3.

### 3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a realização da entrevista enquanto instrumento de coleta dos dados, foi possível alcançar uma melhor aproximação com as mulheres que participam do CRAS através do grupo de mulheres executado pelo PAIF, podendo compreender melhor suas afirmações sobre o seu perfil socioeconômico, bem como, as perguntas relacionadas á mulher e seu empoderamento. É importante ressaltar que por questões éticas e por respeito das mulheres entrevistadas, as mesmas não serão identificadas pelos nomes, e sim pela descrição “Mulher” seguida de um número de ordem.

Neste contexto, as respostas das entrevistadas passam a apresentar-se de forma que facilite a compreensão junto ao diálogo de alguns autores. Deste modo, a primeira pergunta acerca do perfil socioeconômico das entrevistadas, buscava compreender sobre a idade das mesmas, sendo possível observar através do gráfico a seguir que:

**Gráfico 1: Idade das Mulheres entrevistadas**

**Fonte:** Primária, 2018.

Conforme possível verificar através do gráfico acima, a maioria das mulheres que participam do grupo do PAIF no CRAS Frei Damião possuem uma idade variante entre 41 e 50 anos, o que corresponde a um percentual de 46%. As outras mulheres distribuem-se da seguinte forma, 18% possuem idades entre 21 e 30 anos, 18% possuem idades entre 31 e 40 anos, 9% possuem menos de 20 anos e outros 9% possuem idade maior que 50 anos.

Desta forma, compreende-se que o grupo de mulheres do PAIF no CRAS Frei Damião, é composto em sua maioria por mulheres mais maduras, que possuem uma idade entre 31 a 50 anos, resultando assim em 64% do público, ou seja, mulheres que pela sua idade cronológica já podem ter enfrentado inúmeras situações de adversidades que dificultem ou que fortaleçam o seu empoderamento.

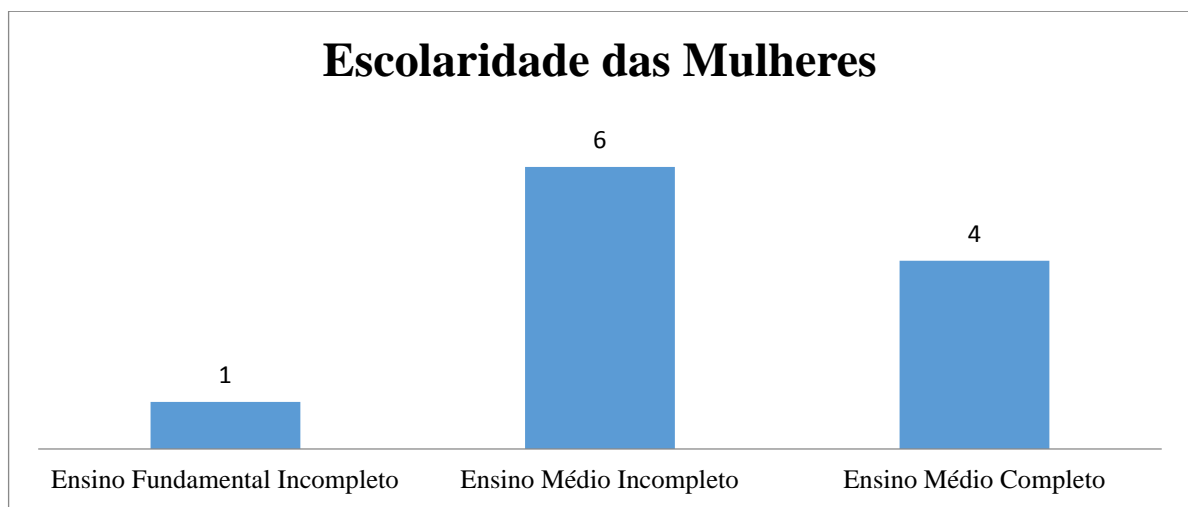
Sobre as dificuldades no processo de empoderamento, pode-se dizer que fazem parte de um contexto histórico, onde Rodrigues e Costa afirmam que:

Como as mulheres, desde as sociedades mais antigas, sempre foram marginalizadas e até mesmo tratadas como aberração ou como um ser incompleto, torna-se evidente e necessário ir além de apenas nomear as grandes, mas sim buscar a história de muitas que permanecem invisíveis à história da humanidade. Os sujeitos oprimidos ao longo da história foram representados na historiografia, na literatura, nos meios de comunicação de muitas formas, mas, sempre houve a predominância das representações produzidas pela classe dominante. (RODRIGUES E COSTA; 2017; p. 2)

Contudo, as mulheres enquanto sujeitos que por muito tempo sofreram opressão, mostram atualmente que não existe idade para buscar e alcançar o seu empoderamento, muito pelo contrário, o empoderamento mesmo tardio, proporciona à mulher uma nova condição de vida.

A segunda pergunta da entrevista teve como objetivo, conhecer o nível de escolaridade das participantes do grupo de mulheres do PAIF, como forma de compreender e justificar o seu perfil socioeconômico, onde foi possível apresentar através do gráfico que:

**Gráfico 2: Nível de Escolaridade das Mulheres Entrevistadas**



**Fonte:** Primária, 2018.

Sobre a escolaridade das mulheres entrevistadas 55% possuem o Ensino Médio Incompleto, 36% possuem Ensino Médio Completo, 9% possuem apenas Ensino Fundamental Incompleto e nenhuma responderam as outras alternativas de escolaridade.

Destaca-se que apenas 36% das mulheres que participam do grupo de mulheres do PAIF, conseguiram concluir o Ensino Médio. A maioria representada por 55% possui Ensino Médio Incompleto e as demais possuem Ensino fundamental Incompleto, valendo ressaltar que todas são alfabetizadas.

Citando Parker (apud OLIVEIRA, 2012) compreende-se e tem-se consciência de que as mulheres sempre foram tratadas diferentes dos homens, tiveram que aos poucos conquistar seus direitos, fossem eles civis, políticos e até mesmo sociais. Enquanto os homens desde o berço já possuíam e continuaram a possuir estes e outros direitos, através do natural processo de socialização, permeado pela relação ensino e aprendizagem, cuja pessoa que mediava esta

relação e transmitia estes direitos fazendo a manutenção da hierarquia de gênero como diz é a própria mulher.

O fato de todas as mulheres entrevistadas serem alfabetizadas possui um amplo significado, uma conquista para este público, pois por muito tempo estas foram apenas as responsáveis pelos cuidados e educação do homem, ficando a mercê de um processo de aprendizagem que só foi conquistado posteriormente.

Por isso, o grupo de mulheres do PAIF composto essencialmente por mulheres, porém, apresentam uma realidade positiva em relação a educação, mas, que pode ser melhorada.

Em seguida, as mesmas foram perguntadas acerca de suas atividades laborais, se trabalham, e qual a função que desempenham neste trabalho. As respostas obtidas foram:

“Autônoma, 20 anos como sacoleira” (Mulher 2)

“Autônoma” (Mulher 3)

“Do lar” (Mulher 7)

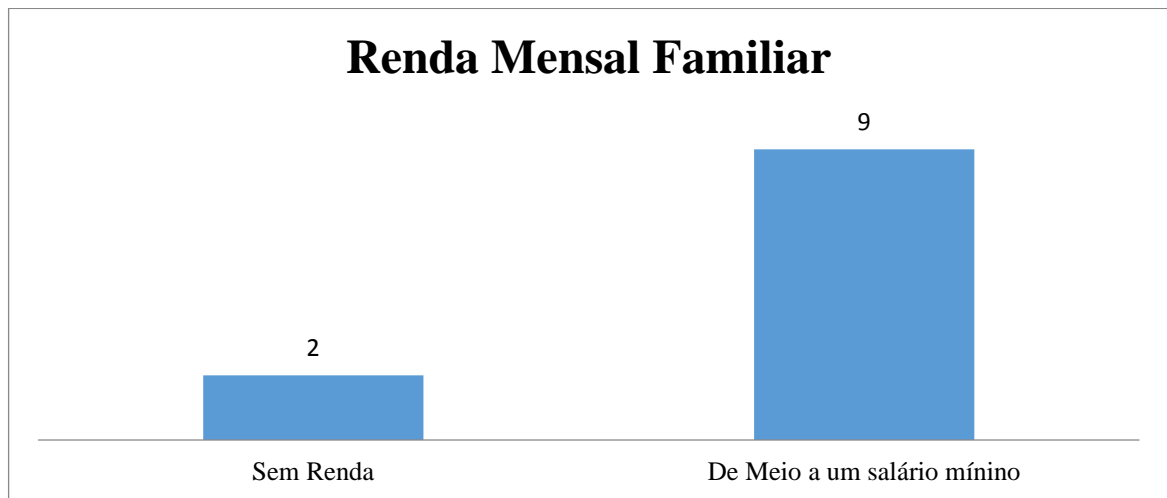
Observa-se diante das respostas, que a maioria das mulheres entrevistadas trabalham na condição de autônoma, enquanto as demais são donas de casa ou estudantes, o que não significam que não realizam algum trabalho, contudo, ressalta-se que algumas dessas atividades não são remuneradas, tornando-as assim, dependente financeiramente que outros componentes da família, que certamente são os responsáveis pela renda mensal familiar.

Entretanto, a simples inserção das mulheres no mercado do trabalho tem oferecido um novo significado do gênero feminino à sociedade. Contudo, o IPEA (2016) afirma que com a vulnerabilidade social, a mulher passa a ter papel central, pois algumas vezes as circunstâncias da própria realidade a colocam no centro da sua família, quando esta assume sozinha a função de chefe de família. No geral, as mulheres permanecem em trabalhos tidos como precários e vulneráveis, além de receberem os piores salários e possuírem jornadas extensas de trabalho, fruto da acumulação do trabalho remunerado com serviços de cuidado do lar.

Ainda existem muitas ações preconceituosas em desfavor das mulheres, pois durante muito tempo foi construído que o papel social da mulher estava pautado nos cuidados com o lar e os filhos, e apesar de homens e mulheres ocuparem ainda posições desiguais, é necessário que a mulher busque alcançar seus objetivos, conquiste sua independência, empoderamento e adentre em novos espaços como o mercado do trabalho.

Desta maneira, buscou-se ainda conhecer sobre a renda mensal da família, a fim de aprofundar-se sobre sua situação socioeconômica, onde as respostas apresentam-se no gráfico a seguir:

**Gráfico 3: Renda Mensal Familiar das mulheres**



**Fonte:** Primária, 2018.

De acordo com as informações do gráfico 3, 82% das mulheres entrevistadas afirmam que a renda mensal de sua família varia entre meio e um salário mínimo e 18% afirmam não possuir renda mensal familiar. É de acordo com as informações apresentadas neste gráfico, que se pode analisar e concluir sobre a situação socioeconômica dessas mulheres, podendo compreender que todas estas vivenciam hoje em suas famílias situação de vulnerabilidades não apenas sociais, mas, também econômicas, onde algumas destacam que a família possui apenas uma renda entre meio e um salário mínimo, e outras enfatizam que a família não possui renda.

Estas situações de vulnerabilidade permitem que a mesma e suas respectivas famílias tornem-se público-alvo do CRAS, compreendendo que o Centro de Referência de Assistência Social- (CRAS), de acordo com o MDS (2015) é um local público, localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, este atendimento deve priorizar famílias e indivíduos em situação de desproteção, bem como o público menos favorecido e ainda pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

A quinta pergunta da entrevista foi realizada às mesmas, na perspectiva de conhecer quem possui a maior renda na família, onde as respostas obtidas foram:

“Esposo” (Mulher 1)

“A mãe” (Mulher 2)

“Pai” (Mulher 4)

“Ninguém da casa” (Mulher 9)

Visivelmente, a maioria das mulheres entrevistadas responderam que a pessoa responsável por maior parte da renda familiar são seus esposos ou companheiros, enquanto as demais responderam que ninguém na casa possui renda, ou que os responsáveis pela maior parte da renda são os pais.

Apesar das mudanças no mundo do trabalho, ainda destinam às mulheres as atividades, tais como os cuidados com a casa e com a família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor de sua família. Estas diferenciações por gênero ditado pelo mercado de trabalho, determinando assim que homens e mulheres ocupem lugares desiguais e hierarquicamente determinados e favorecem a ocorrência de discriminadores em relação às mulheres. (QUERINO ET. AL. 2014, p. 6)

Sendo assim, pode-se concluir que nenhuma das mulheres que fazem parte do grupo de mulheres do PAIF no CRAS Frei Damião são chefes de família, diferenciando-se do contexto comum que tem-se atualmente, onde as mulheres estão a frente da situação socioeconômica de suas famílias.

Em seguida, atentou-se para conhecer qual a maior despesa das famílias destas mulheres, ou seja, qual o maior gasto, onde as respostas foram as seguintes:

“Alimentação” (Mulher 1)

“Aluguel (Mulher 5)

“A feira mensal” (Mulher 8)

Diante das respostas das mulheres entrevistadas, verificou-se que a maior despesa das famílias das mesmas é composta pelos gastos com alimentação, seguido dos gastos realizados com aluguel.

Compreendendo e realizando uma breve análise sobre a situação socioeconômica dessas mulheres e suas famílias através das respostas obtidas durante a entrevista, conclui-se que o perfil das mesmas pode ser traçado enquanto mulheres com idade entre 41 e 50 anos de idade, que possuem como nível de escolaridade o ensino médio incompleto, onde a maioria trabalha como autônoma e possuem uma renda familiar entre meio e um salário mínimo, não são chefes de família, pois a maioria relata que seu esposo ou companheiro é quem possui maior renda na casa e que a maior despesa dessas famílias ocorre pelo gasto com alimentação.

Diante de uma baixa-renda presente nas famílias das mulheres entrevistadas:

Com a premissa de que as mulheres pobres sofrem mais com os problemas inerentes à falta de recursos materiais, situação agravada pelas barreiras de gênero no acesso a direitos básicos, elegeram-se as mulheres como titulares dos benefícios do Programa Bolsa-Família (PBF), criado em 2003, visando reduzir a pobreza, desigualdade de gênero e trabalho infantil. (LIMA ET. AL.; 2016; p. 798)

Mesmo as mulheres não sendo a principal responsável pela renda familiar de suas famílias, estas desde o ano de 2003, tornaram-se as titulares dos Benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), como forma de reduzir os danos causados com a pobreza das famílias. E conforme possível verificar de acordo com a resposta das mesmas, a principal preocupação das famílias está na perspectiva de garantir ou de pelo menos manter os mínimos sociais como alimentação e moradia.

A partir da sétima pergunta da entrevista tem-se como perspectiva conhecer sobre a relação mulher e empoderamento feminino, realizando uma análise de acordo com a resposta das mulheres entrevistadas e que são participantes do grupo do PAIF no CRAS Frei Damião em Juazeiro do Norte-CE. Sendo assim, a primeira pergunta interroga, o que você entende por empoderamento feminino? Dentre as respostas obtidas tem-se que:

“Ter seu próprio negócio, não depender do esposo, fazer minhas próprias decisões”. (Mulher 1)

“A mulher passou a ter liberdade, buscar seus estudos, para se manter não precisamos mais do cônjuge, o homem é apenas um complemento, não tendo mais o papel principal”. (Mulher 2)

“Vejo que esse termo só existe no papel, então, não vejo a mulher realmente sendo empoderada, as mulheres de renda mais baixa, não vejo incentivo”. (Mulher 3)

“Mulheres devem ser independentes, sem precisar de homens, buscar seus direitos”. (Mulher 4)

“É importante, a mulher deve buscar sempre se empoderar”. (Mulher 5)

“A mulher pode se expressar, ser independente, buscar sempre conhecimentos” (Mulher 6)

“É a mulher buscar direitos”. (Mulher 7)

“É a mulher se tornar mais independente” (Mulher 8)

“É aquela pessoa que se destaca entre as outras, pessoa que tem personalidade, etc”. (Mulher 9)

“É a busca pelos seus direitos” (Mulher 10)

“Ser uma mulher independente” (Mulher 11)

Conforme as respostas das mulheres entrevistadas, e a concepção das mesmas sobre empoderamento, destaca-se que muitas conhecem um pouco sobre as características deste fenômeno social, mas não conseguem defini-lo exatamente enquanto um conceito. Pensar em empoderamento é pensar em direitos garantidos, conhecimento dos direitos, independência financeira, conquista de espaços, tomada de decisões, liberdade de expressão entre outros.

Sardenberg (2012) entende empoderamento como sendo:

o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2012, p. 2)

Pode-se assim dizer que as mulheres que fazem parte do grupo do PAIF, mesmo que de forma menos conceitual, compreendem sobre o significado de empoderamento, aproximando-se das colocações do autor supracitado, quando relata que empoderamento é a conquista da autonomia, é a libertação das amarras socialmente construídas em relação ao gênero feminino, onde o objetivo maior é desconstruir a ideia traçada de superioridade



masculina e ordem patriarcal, quando na verdade a mulher é responsável pelo controle de sua própria vida.

Em seguida, durante a entrevista foi perguntado se as mulheres consideram-se uma mulher empoderada? Por que?

“Sim, porque trabalho e ganho meu próprio dinheiro” (Mulher 1)

“Sim, sempre busquei realizar meus sonhos, não fiquei esperando por ninguém, com Deus na frente sempre”. (Mulher 2)

“Mais ou menos, pois sempre tem algo que interfere para alcançar esse empoderamento”. (Mulher 3)

“Sim, porque não preciso de ninguém para me dar ordens, tenho minha opinião formada” (Mulher 4)

“Sim, pois era muito presa, sou mais confiante, me libertei bastante e deixei alguns princípios que me maltratavam”. (Mulher 5)

“Sim, porque sempre busco meus ideais, para conquistar meus objetivos como mulher” (Mulher 6)

“Não, gostaria de poder conquistar mais, aprender mais sobre meus direitos e alcançar objetivos como mulher”. (Mulher 7)

“Sim, pois alcancei algumas coisas que antes achava impossível” (Mulher 8)

“No momento não, tenho sonhe de se tornar futuramente” (Mulher 9)

“Um pouco, não posso dizer que sou empoderada, ainda dependo de tudo do meu esposo, não sou independente” (Mulher 10)

“Sim, me considero uma pessoa independente, mas não financeiramente” (Mulher 11)

As respostas apontaram que a maioria das mulheres entrevistadas sentem-se empoderadas por possuírem alguma característica desse fenômeno, enquanto isso, muitas relatam não sentirem-se empoderadas, por não serem independentes financeiramente ou por outras razões. Entretanto, é fundamental dizer que as pequenas conquistas alcançadas pelas mulheres tem se tornado grandes avanços sociais. É comum ao histórico feminino, a existência da exclusão e da desigualdade, por isso, a conquista das mulheres em relação a seus direitos, sua independência e sua autoestima, tem se tornado tão importante.

Conforme afirma Pinto (2011; p. 5), “as mulheres assumem uma sobrecarga de papéis frente às dificuldades sociais, econômicas e de violência”. Estas dificuldades fazem com que

se sobressaiam por um lado a baixa autoestima, as frustrações, os medos e anseios, e por outro, a coragem e a perseverança. Podem ainda diante de tantas complexidades apresentarem um alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização e abandono a que estão expostas, na busca diária de estratégias para a sobrevivência de seu lar.

Durante muito tempo, as mulheres estiveram expostas às mais diversas situações de desigualdade, desigualdade esta construída simplesmente pela sua condição de gênero, de ser mulher, excluindo-as e privando de direitos que em sua maioria são concedidos aos homens.

Pensando desta forma, compreende-se que com o empoderamento feminino, a sobrecarga assumida pelas mulheres, conforme colocações do autor supracitado, acaba sendo reduzida, as mulheres passam a conduzir melhor sua vida, traçar e realizar metas, objetivos e sonhos e conseqüentemente enxergam-se mais úteis e importantes não somente para a sociedade, mas principalmente para sua família.

Após os relatos das mulheres entrevistadas, buscou-se compreender a opinião das mesmas sobre a função do CRAS, compreendendo que as mesmas são acompanhadas pelo equipamento através do grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF. Sobre a função do CRAS, as respostas foram:

“Vejo como principal função as informações que repassadas, dúvidas, como fortalece os vínculos...” (Mulher 1)

“Vejo como oportunidade de conhecimentos como cursos que já realizei, (participei), e como porta de reconhecimento dos meus direitos”. (Mulher 2)

“Mostrar a parte que mais favorece o equipamento, deixa a desejar” (Mulher 3)

“Tem como função ajudar na socialização das pessoas” (Mulher 4)

“Abrir portas, mostra meus direitos e conhecimentos” (Mulher 5)

“Acho o equipamento muito importante para a população conhecer seus direitos” (Mulher 6)

“É aprender, pois passei a conhecer meus direitos a partir da Assistente Social fortalece os vínculos familiares” (Mulher 7)

“Abrir caminhos, se diverte, aprendo artesanatos...” (Mulher 8)

“É auxiliar as pessoas a terem uma renda própria (a partir do grupo) abrir caminhos e oportunidades...” (Mulher 9)

“Tem como função proporcionar um maior vínculo, adquirimos conhecimentos, proporciona atividades educativas”. (Mulher 10)

“Ensina como se relacionar com pessoas, ajuda psicologicamente, abre caminhos”. (Mulher 11)

As mulheres apresentaram em suas respostas a visão das mesmas sobre o CRAS, ou seja, não foi citado acerca da verdadeira função do equipamento, mas, o que este equipamento tem significado na vida das mesmas, de suas famílias e de sua comunidade. Sobre tais afirmações, o CRAS se apresenta como um local de repasse de informações, de retirada de dúvidas, de conquista de novos conhecimentos, de ensinamento e reconhecimento dos direitos, de auxílio na socialização e fortalecimento dos vínculos.

Sendo assim, é perceptível compreender através da fala das mulheres que o CRAS pode apresentar diferentes funções e significados para a vida de cada uma delas, que não se difere do exposto no Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009):

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (BRASIL, 2009, p. 9)

A função ou objetivo do CRAS está realmente pautada na prevenção das situações de vulnerabilidade, no desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos e na emancipação dos mesmos, no fortalecimento dos vínculos, no fortalecimento e ampliação da cidadania através da concessão e garantia dos direitos, entre outros, de forma que todas estas questões foram ditas de forma fracionada pelas mulheres entrevistadas.

Em seguida, a entrevista buscou saber sobre de que forma as mulheres acreditam que o CRAS contribuiu ou contribuiu na vida das mesmas, em relação ao empoderamento feminino.

“Contribui, pois passei a ter conhecimento maior, tanto econômico (financeiro) e como passei a reconhecer meus direitos” (Mulher 1)

“Contribui como aprendizagem a partir dos cursos e ações sociais contribuindo também”. (Mulher 2)

“Contribui, pois me incentiva, abre “portas”, passei a ter conhecimento” (Mulher 3)

“Está contribuindo, pois a partir de fazer parte, passei a ter vínculos com outras pessoas, me sinto outra pessoa, participo de 2 grupos”. (Mulher 4)

“Contribui, pelo o que já aprendi, me ajuda a ser melhor, a me aperfeiçoar...” (Mulher 5)

“Contribui para meu conhecimento como usuária da Assistência Social”. (Mulher 6)

“Contribui muito, pois minha família toda participa”. (Mulher 7)

“Contribuiu e contribui para minha socialização”. (Mulher 8)

“Sim, pois já aprendi muito freqüentando e ajudou na autoestima e potencialidades”. (Mulher 9)

“Contribuiu, porque passei a entender meus direitos, ser sociável”. (Mulher 10)

“Contribuiu para minha vida social” (Mulher 11)

O CRAS contribuiu muito na vida das mulheres que fazem parte do grupo do PAIF, principalmente no que se refere a aspectos que envolvem o bem-estar e a autoestima das mesmas. Pensando desta forma, contribuiu diretamente para que pouco a pouco o empoderamento feminino se faça presente na vida de todas elas, pois além de contribuir com a socialização, desenvolvimento de potencialidades e incentivo a geração de emprego e renda, é necessário que se contribua ainda com a efetivação de seus direitos através das políticas públicas e com a sua independência pessoal e financeira, fazendo com que a sociedade compreenda que uma mulher empoderada, não significa ser uma mulher superior aos homens, mas que detém os mesmos direitos.

Mesmo que a contribuição do CRAS acarrete mudanças lentas na vida das mulheres, fundamental frisar a importância das intervenções e relações estabelecidas entre os profissionais do equipamento e o público-alvo, pois é através dessas mudanças que os serviços passa a materializar-se dentro da política da assistência social.

Ainda durante a entrevista, as mulheres foram perguntadas se houve alguma mudança na vida das mesmas depois de participar do grupo de mulheres do PAIF no CRAS Frei Damião, e diante de tantas respostas positivas, faz-se necessário apontá-las:

“Sim, era mais tímida, abriu portas para colocar meu próprio negócio, melhorou a socialização”. (Mulher 1)

“Passei a ter conhecimento com artesanato, socialização com as outras mulheres” (Mulher 2)

“Sim, com artesanatos, apesar dos pesares consegui me potencializar”. (Mulher 3)

“Sim, passei a ter um vínculo, comunitário, com os profissionais e socializar com os demais”. (Mulher 4)

“Sim, sou comunitária, pois era recuada passei a fazer artesanato, buscar minha própria renda”. (Mulher 5)

“Sim, contribuiu e trouxe mudanças das minhas potencialidades, artesanatos e socialização”. (Mulher 6)

“Sim, aprendi sobre finanças, estou fazendo artesanatos para em breve colocar meu próprio negócio”. (Mulher 7)

“Sim, a partir da participação comecei a viver mais feliz, ter ânimo, com a vida, antes eu era triste”. (Mulher 8)

“Sim, me considero uma pessoa mais desinibida, mais segura, passei a socializar muito mais”. (Mulher 9)

“Sim, passei a ter mais intertimento, ajuda a minha saúde mental, busco realizar meus objetivos colocar meu negócio e ser independente, nada é impossível”. (Mulher 10)

“Sim, me mostrou que realmente sou capaz de superar obstáculos e barreiras”. (Mulher 11)

Todas as mulheres relataram vivenciar mudanças após a inserção no grupo do PAIF, que não se resume ao simples encontro de mulheres, mas que é composto por um conjunto de ações, que envolvem desde o acolhimento até o acompanhamento dessas mulheres e suas respectivas famílias.

De acordo com grande parte das entrevistadas, existem inúmeras mudanças positivas geradas pelo grupo, através do encontro entre os profissionais do equipamento e as mulheres e suas famílias, onde através desse grupo busca-se alcançar novas alternativas de vida.

De acordo com as colocações de Brasil (2009) os participantes do PAIF são famílias que geralmente encontram-se em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da fragilização de vínculos sociais e de pertencimento ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social no território de abrangência do CRAS. O serviço por sua vez possui vários objetivos, podendo citar neste momento: o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais e de outras

ações que contribuem diretamente para o protagonismo e autonomia dos usuários e a superação das vulnerabilidades.

Quando os usuários se enxergam enquanto pertencentes a sua família, comunidade e ao equipamento, torna-se mais fácil ocorrer mudanças positivas em sua vida que possam interferir diretamente no alcance de sua emancipação, protagonismo e na superação das situações de vulnerabilidade vivenciadas.

Em seguida, quando perguntadas sobre de que forma as mesmas enxergam sua participação na sociedade? As respostas obtidas foram as seguintes:

“De forma ativa” (Mulher 1)

“A partir de me doar, servir ao próximo a partir das ações sociais me sinto ativa, é gratificante”. (Mulher 2)

“Me sinto ativa na sociedade, hoje não trabalho, mas antes era comerciante”. (Mulher 8)

“Sou uma pessoa comunicativa, gosto de orientar as pessoas, quando precisam de mim, de forma ativa”. (Mulher 9)

“Temos que se impor contra a sociedade, saber os meus direitos, me sinto uma pessoa ativa buscando sempre a diferença”. (Mulher 11)

Ao longo do tempo, diante de muitas lutas, reivindicações e conquistas, as mulheres se resignificaram e pouco a pouco estão desconstruindo os preceitos e os papéis sociais construídos em relação ao gênero. Hoje, a mulher não se sente mais um objeto da sociedade, mas, se enxerga enquanto parte primordial e principal componente desta sociedade. Por isso, conforme as respostas das mulheres entrevistadas, foi possível verificar que todas se sentem muito ativas e participativas no cenário atual estabelecendo agora um novo papel.

Para Tavares (2012) diante do contexto de lutas e conquistas das mulheres, sua participação na sociedade também tem se modificado, principalmente a partir da Constituição da República Federativa de 1988 quando reconheceu definitivamente a igualdade de direitos entre mulheres e homens, os movimentos feministas ganharam força, dando garantia do espaço à mulher dentro da sociedade. Porém, sabe-se que ainda é comum a existência de uma sociedade conservadora e já ultrapassada em que perduram os resquícios de preconceitos e determinando às vezes comportamentos retrógrados.

Faz-se necessário complementar as afirmações do autor supracitado, enfatizando por mais que ainda existam pessoas preconceituosas e que contribuem para uma sociedade

desigual, há também o desejo de mudança. Tais mudanças já iniciadas ocorrem hoje pelo fortalecimento dos vínculos, garantia de direitos e da emancipação que deve acontecer através dos serviços oferecidos no contexto das políticas públicas.

Sobre essa discussão acerca das políticas públicas, ao final da entrevista, as participantes foram perguntadas sobre como as mesmas vêem as políticas públicas para emancipação da mulher?

“Acho importante, mas acho que precisa melhorar um pouco mais”. (Mulher 1)

“Acho péssimas, não existe uma infraestrutura adequada, deixa a desejar”. (Mulher 4)

“Acho que deve melhorar para haver realmente a emancipação” (Mulher 6)

“Precisa haver uma mudança na lei, no Estado para que haja uma verdadeira efetivação dos direitos sociais”. (Mulher 7)

“É de grande importância para todas as mulheres”. (Mulher 9)

“Ainda deixa muito a desejar, a mulher continua sendo muito discriminada e ofendida”. (Mulher 10)

“São de suma importância, são conquistas adquiridas, mas devem melhorar bastante”. (Mulher 11)

Ampliando esta discussão, percebe-se que algumas das mulheres compreendem as políticas públicas enquanto mecanismos de proteção, emancipação e garantia de direitos, enquanto outras relatam que as mesmas tais políticas deixam muito a desejar apesar de sua importância enquanto conquistas adquiridas.

Pode-se pensar as Políticas Públicas como meios para a transformação de ações, regras e procedimentos que reconstruem a realidade através da garantia de direitos, desta forma, de acordo com o Guia de Políticas Públicas para Mulheres (2012) destacam-se a importância distinguir entre o que são políticas que têm a perspectiva da igualdade de gênero, não é o fato de as mulheres serem centrais ou superiores em determinadas políticas ou programas para que sua centralidade esteja assentada em uma perspectiva ou enfoque de gênero, mas é a construção da igualdade e no combate às discriminações.

Conclui-se assim, que as Políticas Públicas para mulheres emergiram do desejo de desconstruir o papel tradicional das mulheres como mães e cuidadoras, mas de reafirmar a

mulher enquanto sujeito detentor de direitos, capacidades e potencialidades, contribuindo para a emancipação destas mulheres que permanecem em luta contínua pela sua emancipação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as diversas discussões levantadas na pesquisa, entende-se que o empoderamento feminino ainda é um tema que pouco faz parte da vida das mulheres em situação de vulnerabilidade, mas, que se faz presente em serviços como o PAIF no CRAS Frei Damião, enquanto perspectiva de consolidação de seu real significado.

Contudo, através do estudo em questão foi possível observar durante a realização da análise, que as mulheres inseridas nesse grupo, se reconhecem no fenômeno do empoderamento feminino em processo de construção, tornando-se fundamental ressaltar que em seus discursos, as mesmas apontam características próprias de um empoderamento que vem se expandindo gradativamente.

Desta forma, o empoderamento feminino ser reconhecido no grupo do PAIF no CRAS Frei Damião, quando se percebe a prevalência das mulheres inseridas no mercado de trabalho, na condição de autônoma, ou seja, conquistando espaços de trabalho através de um negócio próprio, consolidando o desejo de reconhecimento também da sociedade, através busca pela independência financeira, dos acúmulos de conhecimentos sobre seus direitos, do alcance de sua emancipação e autonomia, capazes de influenciar diretamente em sua autoestima, em sua visão e papel na sociedade e na família.

Este reconhecimento que também pode ser denominado como autoafirmação permite que a mesma torne-se a principal responsável pelas mudanças ocorridas em seu meio, proporcionando involuntariamente o seu reconhecimento enquanto agente transformador.

Esta capacidade de transformação apresentada pelas mulheres entrevistadas se consolida no momento em que enxergam a importância de sua participação em sociedade, e que conseqüentemente permite a ocorrência da ressignificação do papel social da mulher.

Por isso, pode-se afirmar que o CRAS, através do PAIF e dos profissionais envolvidos, atuam em razão do alcance do protagonismo feminino através do empoderamento dessas mulheres, para que as mesmas possam transformar o seu contexto atual, superando as situações de vulnerabilidades existentes através da viabilização de direitos e execução de Políticas Públicas, que mesmo com muitas falhas, tem proporcionado novos significados à mulher, atuando em sua defesa.

Ressalto ainda que a temática escolhida é atualmente um tema bastante discutido diante de sua importância não somente no cenário feminista, mas para toda sociedade. E por esta razão, despertou-me o interesse em pesquisar sobre a mesma que possui grande

relevância para o Serviço Social que contribui cotidianamente e continuamente com a luta das mulheres pelo seu empoderamento.

Desta forma, destaco que esta possui ainda relevância para o contexto pessoal, acadêmico e profissional, considerando de ampla importância pesquisas que abordem sobre o tema. Este estudo poderá ainda ser utilizado como incentivo para outras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil**. Texto par discussão 1739, Ipea, Rio de Janeiro, 2012.
- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.
- BARROS, Alice Monteiro de. **Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho**. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho. 3ª Reg., Belo Horizonte, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo, 1991
- BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Senado, Brasília- DF, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988 – Seguridade Social – Art. 194**, alterado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei Nº 8.742, de dezembro de 1993. Brasília, 1993.
- BRASIL, **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.
- BRASIL, **Políticas Públicas para Mulheres**. Secretaria Nacional de Política para Mulheres, Brasília. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2010. 104p.
- BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASÍLIA. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. DF. 2009.
- BRASÍLIA, **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. – PAIF**, Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional Sistema Único de Assistência Social, 1ª ed. 2013.
- CARBONI, Maria Angela. **Evolução da Mulher no Mercado de trabalho**. Criciúma, 2009.
- CINTRA, Soraia Veloso. FABIANO, Maraísa Duarte. CARVALHO, Paloma Bueno. **Políticas públicas para mulheres: uma análise do município de Ituiutaba (MG)**. 2013.

COSTA, Júlia Maria Aragão. **A relevância do trabalho do Assistente Social nos CRAS.** 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** / Berenice Rojas Couto. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero.** Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia.** São Paulo: UNESP, 1994.

DUARTE, Renata Barbosa de Araújo; VERAS, Clarice. **Histórias de Sucesso: Mulheres Empreendedoras.** Brasília: SEBRAE, 2006. 224.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril/2004.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher.** 2016. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf> Acesso em : 20 de outubro de 2018

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração.** Catalão-GO. 2011.

GOMES, Cláudia. **Em busca do consenso: Radicalidade democrática e afirmação de direitos. Tendências contemporâneas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 160p. :23 cm.

IPEA. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Brasília: IPEA. (Nota Técnica, n 24), 2016.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. **Implementação de políticas públicas e desafios ao enfrentamento da violência contra a mulher.** II Semana de Pós Graduação em Ciência Política, São Carlos, 2014.

LEMOS, L. T. C. **Reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres no século XXI.** /org. Layla Tacianne Cardoso Lemos, Dorânia Rodrigues Costa Lopes, Márcia Adriana Lima de Oliveira, 2013.

LIMA, A. C. O. et. al. **Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar.** Ana Carmem de Oliveira Lima, Rayanne Silva Vieira Lima, Jânia Maria Augusta da Silva. Demetra; 2016; 11(3); 789-802

LORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos.** In Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: actionaid. Brasil, p.21-44. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MORAIS, Milene Oliveira. RODRIGUES, Thais Ferreira. **Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica.** Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2016.

MOTA, Ana Elizabeth. **O Mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade.- 2 ed. Ver. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Das Ameaças à Crise.** In: Revista Inscrita. n. 10. Brasília, CFESS, 2007

OLIVEIRA, Alecilda Aparecida Alves. **Políticas públicas para as mulheres nos governos Lula (2003-2010).** Uberlândia-MG. 2014.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. **Separações e Divórcios:** elementos que fazem parte da dinâmica familiar ou elementos de “desestruturação” desta? IN: OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. Reflexões sobre a Sociologia Aplicada à Educação. Teresina- Pi: UAB/ FUESPI/ NEAD, 2012, pp. 74-11

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica:** um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão-GO. 2011

OLIVEIRA, T. S. **O programa mulheres construindo autonomia na construção civil no balanço entre a agenda de gênero e a agenda neoliberal.** Setembro, 2013.

PINTO, R.; MICHELETTI, F.; BERNARDES, L.M. et al. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social.** São Paulo. 2011.

PIZZANI, Luciana. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** Org. Luciana Pizzani, Rosemary Cristina da Silva, Suzelei Faria Bello, Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X.

PONTES, Denyse. DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos.** 2017.

QUERINO, L. C. S. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Luciane Cristina Santos Querino, Mariana Dias dos Santos Domingues, Rosangela Cardoso da Luz. Faceq, 2014.

RANGEL, Elisete de Fátima. **A Implementação e Implantação dos Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do cras** – Eugênio de Melo. 2009. 111 f. Tese (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São José dos Campos, São Paulo.

RODRIGUES, Valeria Leoni. COSTA, Flamarion Laba. **A importância da mulher. 2017.** Acesso em: 16 de novembro de 2018, Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1995). **Emílio ou Da Educação.** 3 ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. -- São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemical)

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** 2012.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. **Feminismos, feministas e movimentos sociais.** in. brandão, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (orgs.). **Mulher e relações de gênero.** São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 81-114.

SILVEIRA, M. L. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda na perspectiva da igualdade.** In: GODINHO, T. (Org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, Cadernos da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

SOARES Vera. **A longa Caminhada: a construção de Políticas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres,** in Governos Estaduais: desafios e avanços. Bittar, J. ( org.). Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

TAVARES, Sônia Prates Adonski. **A evolução da mulher no contexto social e sua inserção no mundo do trabalho.** Ijuí-RS, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional.** CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

WITTEKIND, Milena. **Empoderamento feminino: estudo de manifestações feministas nas redes sociais por meio de hashtags,** Ijuí, 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. **Feminismo e Academia.** V. 81, n 199, p. 425 – 451, Brasília: R. Brás. Est. Pedag., set/dez 2000.

**APÊNDICE (S)**

## APÊNDICE A: ENTREVISTA

### PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual a sua idade?

- |                        |                        |
|------------------------|------------------------|
| Menos de 20 anos ( )   | Entre 41 e 50 anos ( ) |
| Entre 20 a 30 anos ( ) | Mais de 50 anos ( )    |
| Entre 31 e 40 anos ( ) |                        |

2. Escolaridade

- |                                  |                                |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Não alfabetizada ( )             | Ensino Médio Incompleto ( )    |
| Ensino Fundamental Incompleto( ) | Ensino Superior Incompleto ( ) |
| Ensino Fundamental Completo ( )  | Ensino Superior Completo ( )   |
| Ensino Médio Incompleto( )       |                                |

3. Você trabalha? Qual sua função?

---

4. Qual a renda mensal da sua família?

- |                                 |                             |
|---------------------------------|-----------------------------|
| Sem renda ( )                   | De um a dois salários ( )   |
| De meio a um salário mínimo ( ) | De dois a três salários ( ) |

5. Quem possui a maior renda na sua casa?

-

---



---

6. Com qual despesa sua família mais gasta?

---



---

### RELAÇÃO MULHER E EMPODERAMENTO

7. O que você entende por empoderamento feminino?

---



---



**8.** Você se considera uma mulher empoderada? Por que?

---

---

**9.** Na sua opinião, qual a função do CRAS?

---

---

**10.** De que forma você acredita que o CRAS contribuiu ou contribui na sua vida?

---

---

**11.** Houve alguma mudança na sua vida depois de participar do grupo de mulheres?

---

---

**12.** De que forma você enxerga sua participação na sociedade?

---

---

**13.** Como você vê as políticas públicas para emancipação da mulher?

---

---

**APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Esta pesquisa intitula-se “Empoderamento Feminino: Uma análise a partir do grupo de mulheres no Centro de Referência de Assistência Social CRAS- Frei Damião em Juazeiro do Norte-CE.” Cujo objetivo é analisar o papel do CRAS na construção do empoderamento feminino.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas em total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através de uma entrevista.

Os pesquisadores estão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte - CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Sheyla Alves Dias  
Orientadora e responsável pela pesquisa

---

Samara Silva Barros  
Discente e responsável pela pesquisa